

RELATÓRIO & CONTAS 2021

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

O ano de 2021 voltou a ser caracterizado por um crescimento da carteira de crédito em cerca de 11% (volume) e um ligeiro decréscimo (1%) no número de clientes (2020: 85.682; em 2021: 85.038 clientes) do Banco Letshego, S.A.; de consolidação do seu negócio e da estratégia definida em finais de 2019, traduzindo-se na expansão dos seus produtos e serviços e na implementação de condições para que o ano de 2021 fosse o ano da contribuição de todas as áreas de negócio para o crescimento da actividade.

Destacam-se, de entre os serviços, o Agente Bancário, "LetsGo" e Comércio Comunitário

(ComCom), que operam através de uma plataforma digital que permite o acesso a serviços financeiros nas zonas rurais de Moçambique, tais como depósitos, incluindo Contas Poupança e Depósitos à Prazo remunerados a taxas atractivas, transferências intra e interbancárias e pagamentos à fornecedores de serviços.

O Banco Letshego, S.A., orientado para a diversificação das suas fontes de financiamento, registou, ao longo do ano de 2020, um crescimento significativo de depósitos, o maior desde a sua criação, o que culminou com a oferta de taxas de juros de créditos mais atractivas.

Para 2022 o Banco Letshego, S.A., ambiciona manter os níveis de crescimento já alcançados e incrementar a sua oferta de produtos e serviços, com destaque para a implementação de cartões de débito e consolidação da solução de micropagamento ComCom, que reduz a circulação de notas e moedas no sector digitalizando todos os processos de pagamentos de transporte, compra de recargas e pagamentos de serviços, poupanças rotativas, entre outros.

É missão do Banco Letshego, SA, afirmar-se como um provedor de serviços financeiros de classe mundial ao segmento de retalho, pelo que o Banco continuará a apostar na

melhoria da qualidade do serviço ao cliente, nomeadamente através de meios digitais mais robustos e inovadores, fortalecimento do sistema de controlo interno e a manutenção do desempenho financeiro, sendo que para tal, continuará a investir em tecnologia e recursos humanos qualificados.

É objectivo do Banco Letshego, S.A., manter-se como uma referência no mercado financeiro moçambicano, através de taxas de crescimento, níveis de rentabilidade e solvabilidade estáveis e orientado para os clientes com dificuldades de acesso aos serviços financeiros, com enfoque nas zonas rurais.

Enquadramento a Conjuntura Económica Internacional e Nacional

No seu relatório de Outubro de 2021 (World Economic Outlook), o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu ligeiramente em baixa o ritmo de crescimento da economia mundial para 2021, a reflectir o prolongamento dos constrangimentos na cadeia de fornecimento de bens a nível mundial, que segundo o FMI afectam com maior intensidade as economias avançadas, comparativamente às emergentes e da África Subsaariana.

Para 2022, o FMI manteve as perspectivas de crescimento global em 4,9%. Por seu turno, não obstante a ligeira revisão em baixa do crescimento dos EUA, da República da África do Sul (RAS) e da Índia para 2022, o Global Projection Model Network (GPMN) projecta

para 2023 um maior crescimento para a RAS, a China e os EUA, mantendo a projecção para a Zona Euro.

Os riscos para as projecções globais estão relacionados com (i) a pressão inflacionária, sobretudo proveniente do aumento dos preços de combustíveis e alimentos, bem como dos constrangimentos no fornecimento de bens, e (ii) a trajectória futura da pandemia e possíveis mutações do vírus com potencial para aumentar a desigualdade no desempenho económico entre as economias.

A redução das infecções diárias por COVID-19 permitiu uma maior reabertura da economia nacional, o que, associado ao impacto positivo

do efeito base e a contínua recuperação dos preços das principais mercadorias de exportação, contribui para perspectivas favoráveis de crescimento económico no curto e médio prazo.

A nível dos preços, não obstante a estabilidade da moeda nacional, aumenta a pressão sobre a inflação no curto prazo, a reflectir, entre outros:

i) O ajustamento em alta dos preços dos combustíveis líquidos, que igualmente afecta de forma indirecta os preços dos restantes bens e serviços; e

ii) Os elevados custos de transporte de mercadorias no mercado internacional. Ainda assim, as estimativas para 2021 continuam a

indicar uma inflação na banda de um dígito. (Fonte: Banco de Moçambique).

Vulnerabilidades e riscos do Sistema Financeiro Moçambicano

O semestre em análise foi caracterizado pela segunda vaga da pandemia da COVID-19, intensificação da instabilidade militar na região Norte do país, com impacto na pressão fiscal, entre outros factores de risco.

O risco sistémico permaneceu no nível moderado, em Junho de 2021, não obstante a deterioração do índice de estabilidade financeira e o agravamento das vulnerabilidades do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O Sistema Financeiro Nacional continuou a desenvolver as actividades de intermediação financeira e de prestação de serviços de pagamentos sem perturbações, apesar das vulnerabilidades prevalentes no contexto doméstico, no primeiro semestre de 2021.

Entre as principais vulnerabilidades, destacam-se a redução da procura das nossas exportações decorrente do efeito da COVID-19, a fraca interligação dos mercados domésticos e a degradação do ambiente de investimento devido à instabilidade militar na região Centro e Norte do país, aos factores climáticos adversos (ciclone Eloise), ao endividamento do sector público e à confiança do país no mercado internacional. (Fonte: Banco de Moçambique).

Sobre o Banco Letshego, SA (Letshego) A entidade foi constituída em Moçambique nos termos do Código Comercial sob o Decreto-Lei 02/2005 de 27 de Dezembro de 2005, Capítulo VI e Lei das Instituições Financeiras 20/2020 de 1 de Dezembro, e especificamente o regulamento de Instituições de Microfinanças ao abrigo do Decreto 57/2004 de 10 de Dezembro de 2004 contudo em Setembro de 2016 o Banco de Moçambique autorizou a conversão da licença de Micro Banco para Banco Comercial.

A entidade foi licenciada pelo Banco Central de Moçambique para operar como um Banco Comercial a partir de Setembro de 2016 e tem como accionistas, o Letshego Holdings Limited, a Timbila Design, Lda. e 3 (três) Accionistas individuais.

O Letshego holdings Limited (LHL) é o maior accionista e é um grupo de serviços financeiros pan-africano com a sede em Gaborone – Botswana, e foi constituído em 1998, inscrito na bolsa de valores de Botswana em 2002 sendo actualmente a segunda maior com capitalização bolsista.

Actualmente contém activos totais de aproximadamente 66.124 milhões de meticaís onde o foco é a diversificação de soluções com ênfase no crédito a funcionários do sector privado, crédito a Educação, concretamente à Escolas, o lançamento do agente bancário, a captação de depósitos por forma a garantir um custo de fundos mais reduzido.

Os resultados encorajadores do grupo mostram um crescimento da carteira de crédito em 17% fixando-se em 64.366 milhões de meticaís e de resultados antes de impostos em 11% para 6.215 milhões de meticaís, um rácio de eficiência de 52%, rentabilidade de capitais próprios de 14%, imparidade de crédito de -0.1% e um rácio de solvabilidade de 35%.

O Banco Letshego, S.A., é a terceira maior subsidiária de 11 subsidiárias pertencentes ao grupo Letshego Holdings Limited em África a saber Botswana, Quênia, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Ruanda, Suazilândia, Tanzânia, Nigéria, Uganda e Gana.

Com uma contínua reacção positiva do mercado e ao fim do décimo primeiro ano de exercício económico, o Banco Letshego Moçambique

registra uma carteira de crédito líquida de 9.670 milhões de meticaís (2020: 8.724 milhões de meticaís) e 85.038 clientes (2020: 85.682 clientes), um rácio de eficiência de 58% e um rácio de solvabilidade de 50.62% ao final do exercício económico de 2021.

Segundo a pesquisa sobre o sector bancário com referência a 2021, dentre as 19 instituições financeiras inquiridas o Banco Letshego posicionou-se em 11 lugar em Totais de Activos, 8º lugar em Empréstimos e Adiantamentos, 13º em Depósitos, 4º lugar em Lucros, subiu para 2º lugar em Rentabilidade de fundos próprios, depois ter estado em 7º lugar no ano anterior, manteve em 1º lugar em Rácio de Eficiência, 9º lugar em Crédito Vencido e duvidoso, Subiu para o 4º lugar em Rácio de Solvabilidade, depois de ter estado 7º no ano anterior, resultados bastante encorajadores.

Em 2021, O Banco Letshego, S.A., participou na 21ª Edição do Ranking das Maiores Empresas publicado pela firma KPMG, tendo sido alcançado nessa edição o ranking de 29ª empresa dentre as 100 contra o 54º lugar da edição anterior.

Síntese dos Resultados Financeiros e Operacionais

O Banco Letshego alcançou resultados excelentes no seu Décimo primeiro exercício, atingindo um resultado líquido positivo no valor de 923 milhões de meticaís (2020: 722 milhões de meticaís).

A sua fonte de financiamento é diversificada entre Fundos de Bancos Comerciais, Depósitos de clientes e um empréstimo subordinado do Sócio maioritário (Letshego Holdings Limited).

Agradecemos as nossas partes interessadas, a saber, o Regulador, o Governo, os nossos clientes, nossos colaboradores, a comunidade e nossos fornecedores, parceiros que continuarão a ser indispensáveis para o êxito do nosso negócio.

Para o Banco Letshego, SA, garantir uma boa experiência ao cliente é uma missão importante, e fazemos votos de continuação do cumprimento do nosso papel e brevemente uma gama maior de produtos e serviços ser-lhe-ão oferecidos contribuindo para a redução das necessidades dos nossos clientes reduzindo distâncias e custos nas suas transacções bancárias e deste modo fazer parte da alegria de melhorar a vida de cada um, que converge com o objectivo do governo que é a melhoria da qualidade de vida das pessoas.



Tobias J. Dai
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL



Em cumprimento das disposições estatutárias da instituição BANCO LETSHEGO S.A. (empresa) e das vigentes no Código Comercial nomeadamente o artigo 437, número 1, secção b) conjugado com a Lei 15/99, de 1 de Novembro, alterado pela lei 9/2004 de 21 de Julho, que regulam o funcionamento das instituições financeiras, o Fiscal Único analisou o processo de Contas, o relatório de gerência, bem como a proposta de aplicação de resultados, referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2021 apresentados pelo Conselho de Administração e do relatório do auditor independente para o mesmo período para os quais ocorrem os seguintes comentários:

1) Perspectiva Económica

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), a dinâmica do PIB real de Moçambique, por sector, indica um aumento de 2.16 % em 2021 (após uma contração média de 1,23 % em 2020), influenciada sobretudo pelo impacto que a Covid-19 teve na economia, os choques climáticos, bem como a prevalência da instabilidade militar na região costeira da província de Cabo Delgado, o que levou à interrupção, por tempo indeterminado, dos grandes projectos do gas and oil aí em implementação.

O aumento no desempenho da actividade económica principalmente no quarto trimestre de 2021 é atribuído em primeiro lugar ao sector primário que cresceu em 4.61%, onde se destaca o ramo da Indústria de Extração Mineira com uma variação positiva de 6.86%, seguido pelo ramo da Agricultura, Pecuária, Caça, Silvicultura, Exploração Florestal com cerca de 4.11% (INE, 2021).

A inflação acumulada subiu para o nível dos 6.74% ao longo do ano de 2021 acima dos 5% anteriormente previstos pelo Governo,

como consequência do impacto dos choques climáticos e da repassagem da depreciação do Metical (face às moedas externas) para os preços domésticos.

O Banco de Moçambique (BM) tem adoptado medidas de política monetária para controlar a inflação, apesar da revisão em alta das perspectivas de inflação para o médio prazo, por conta do aumento dos preços dos bens alimentares e combustíveis líquidos, a par de estrangulamentos na cadeia de fornecimento de bens no mercado internacional.

O BM manteve a taxa de Juro de política monetária (MIMO) em 13.25% sustentada pela manutenção das perspectivas de melhoria da actividade económica em 2022,

graças “ao relaxamento das medidas de contenção da propagação da Covid-19, à execução dos projetos de gás natural na bacia do Rovuma e da maior dinâmica do sector externo”, não obstante a prevalência de riscos e incertezas elevados. Em Janeiro 2022, a taxa MIMO foi mantida para 13.25% devido a uma revisão em alta das perspectivas de inflação a médio prazo, a contínua depreciação do Metical, num ambiente de agravamento dos riscos e incertezas com destaque para as consequências negativas da propagação da Covid-19, a ocorrência cíclica de calamidades naturais e a instabilidade militar nas regiões Centro e Norte do país (BM, 2021).

Estimativas do Banco Mundial indicam que a economia de Moçambique recupere gradualmente em 2022. Contudo, subsistem riscos substanciais de uma queda devido à incerteza em torno do caminho que seguirá a pandemia da Covid-19, dos choques climáticos e da recente guerra entre a Rússia e a Ucrânia que poderá afectar, sobretudo, os preços das commodities no mercado internacional, flutuações nas taxas de câmbio das moedas mais fortes, variação das taxas de juros, inflação (importada), aumento no risco de portfólio de clientes e instabilidade no retorno dos

investimentos. Embora a economia tenha registado em 2021 um crescimento, depois de em 2020 ter registado a sua primeira contração em quase três décadas, espera-se que o crescimento recupere a médio prazo, atingindo cerca de 4% em 2022. Em linha com esta previsão, o Governo de Moçambique prevê aumento do PIB de 2,9% e inflação de 3. 5% em 2022.

2) Sistema de Controlo Interno e Gestão do Risco

Durante o ano findo, o Conselho Fiscal adoptou procedimentos necessários para verificação a adequação e eficiência do sistema de controlo interno e de gestão do risco e de compliance.

Acompanhou também, com base na informação fornecida pela Administração, o desenvolvimento das actividades e negócios da empresa, o cumprimento de normas, leis e requisitos exigidos pelas entidades reguladoras, bem como o registo das transacções contabilísticas e financeiras. A Gerência forneceu a informação e esclarecimentos solicitados pelo Conselho Fiscal.

3) Situação Financeira da empresa

O Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras do BANCO LETSHEGO, S.A. que compreendem a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das alterações dos Fundos Próprios, as Notas e um resumo de políticas contabilísticas para o exercício económico findo a 31 de Dezembro de 2021. As actividades comerciais no exercício económico de 2021 revelaram um crescimento robusto em relação ao ano anterior, onde se destacam os seguintes indicadores:

- As demonstrações de Resultados da empresa, apresentam um volume de vendas de MZN 2.923 milhões, o que representa um crescimento de cerca de 10% em relação ao ano anterior (2020 com MZN 2.654 milhões). O rendimento líquido de Juros ascende a MZN

2.087 milhões, o que representa um crescimento de cerca de 16.7% comparativamente ao ano anterior com MZN 1.786 milhões. Foi reportado um resultado líquido positivo de MZN 923 milhões o que representa um crescimento de 27.8% em relação ao ano anterior (2020 com MZN 722 milhões). O produto bancário cresceu 25% em 2021 (de MZN 1,772 milhões para 2,206 milhões);

- Foram reportados activos que totalizam MZN 11.283 milhões, o que representa um crescimento de cerca de 9.4% em relação ao ano anterior (MZN 10.317 milhões), dos quais MZN 9.671 milhões (86% dos activos) representam a carteira de crédito. Os activos não correntes totalizam MZN 169.1 milhões (2%) e os activos correntes totalizam MZN 11.113,7 milhões (98%);

- O passivo totaliza MZN 5.955 milhões, o que representa 53% do total do activo, apresentam um aumento de 12.3% em relação a 2020 (com MZN 5.304 milhões);

- A demonstração dos Fluxos de Caixa apresentam um fluxo de caixa líquido derivado de actividades operacionais de MZN 492 milhões (uma redução de cerca de 18% em relação ao ano anterior com MZN 599 milhões), um fluxo derivado das actividades de investimento de MZN 23.1 milhões (alocados ao investimento de equipamentos e propriedades), um fluxo derivado das actividades de financiamento de MZN 408,17 milhões, influenciado principalmente pelo pagamento de dividendos de MZN 611 milhões. A empresa encerrou o exercício económico do ano findo a 31 de Dezembro de 2021 com disponibilidades em caixa e equivalentes de caixa de MZN 1.236,9 milhões, um aumento de 5% em relação ao ano anterior (2020: com 1.176 milhões);

- A Demonstração de Alterações de Capital Próprio apresenta Capitais Próprios Líquidos no montante de MZN 5.327 milhões, que representam um aumento de 6.3% em relação

ao ano anterior (com MZN 5.013 milhões).

- Durante o ano, foram declarados e pagos dividendos no montante de MZN 611,155,026, correspondente a 10,7851 MZN por acção, para um universo de 56,666,667 acções ordinárias. O montante de dividendos pagos corresponde a 85% dos resultados líquidos de 2020, após a retenção de 15% de para reforço da Reserva Legal;

A empresa está em conformidade com o nível de índice de adequação de capital regulamentado pelo Banco Central. Para o final de 31 de dezembro de 2021, a empresa apresenta rácios de liquidez reduzida de 2.49 e liquidez imediata de 0.27 (exceptuando acções preferenciais), bem como um rácio de solvabilidade de 78% acima dos 12% exigidos pela entidade reguladora.

4) Análise do relatório do auditor

Independente

O auditor independente analisou as demonstrações financeiras para o ano findo a 31 de Dezembro de 2021 que incluem a Demonstração da posição financeira, a Demonstração de Resultados, Demonstração de Fluxos de Caixa, Demonstração de Alterações em Fundos Próprios e as notas das demonstrações financeiras que incluem um resumo de políticas contabilísticas significativas. O Auditor, como corolário da sua análise emitiu uma opinião não qualificada.

5) Parecer

Face à análise do relatório e contas do Conselho de Administração, e ressalvados os aspectos levantados pelo Auditor independente, o Fiscal Único é de parecer que:

- Sejam aprovados o Relatório e Contas

relativos ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2021;

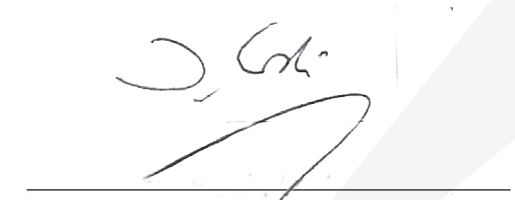
- A Assembleia Geral aprove a aplicação de resultados, nomeadamente 30% [276.838.788,30 MZN] dos lucros do exercício findo a 31 de Dezembro de 2021, sejam destinados ao reforço da Reserva Legal, 17.5% [161.489.293,18 MZN] dos lucros sejam destinados a reserva de lucros (lucros retidos) e os remanescentes 52.5% dos lucros do exercício, no montante de 484.467.879,52 MZN, sejam declarados e pagos dividendos aos accionistas.

- Seja endereçado um voto de confiança aos membros do Conselho de Administração pelo seu esforço abnegado no desempenho das suas funções, principalmente nas acções levadas a cabo para que a empresa, apesar da

retração da economia nacional, se estabilize e ganhe mais negócios no mercado, de formas a viabilizar os investimentos realizados pelos accionistas.

Maputo, 30 de Março de 2022

O Fiscal Único



Jeremias Cardoso Da Costa

Auditor Certificado

Licença No: 41/CA-OCAM/2012

RELATÓRIO DOS AUDITORES

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do BANCO LETSHEGO, S.A. ("Banco"), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2021, a demonstração do resultado integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra Informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o Relatório anual da Administração conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de

fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista.

As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;

- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco em continuarem as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião.

As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que o Banco descontinue as operações;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

Comunicámos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é o Eduardo Caldas.



**Building a better
working world**

ERNST & YOUNG, LDA.

Sociedade de Auditores Certificados

Representada Por:



Eduardo Jorge Creio Da Costa Caldas
(Auditor Certificado N° 33)

Maputo, 30 de Março de 2022

RELATÓRIO DOS

ADMINISTRADORES

Os administradores apresentam o seu relatório, em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas para o exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2021, para ilustrar a situação actual do Banco Letshego, S.A. (“Banco Letshego” ou “Banco”) nesta data. O Banco foi constituído em Fevereiro de 2009 e iniciou as suas operações em Fevereiro de 2011.

1. CONSTITUIÇÃO E SEDE
O Banco foi constituído em Moçambique, nos termos do Código Comercial, sob o Decreto-Lei nº 2/2005, de 27 de Dezembro, Capítulo VI, e da Lei das instituições Financeiras nº 15/99, de 1 de Novembro, alterada pela Lei nº 9/2004, de 21 de Julho, agora revogadas pela Lei nº 20/2020, de 31 de Dezembro. Em Setembro de 2016, o Banco obteve a licença do Banco de Moçambique para operar como banco comercial.

2. VISÃO
O Banco Letshego pretende ser um provedor de serviços financeiros de retalho de classe mundial.

3. MISSÃO
A nossa missão é encorajar o trabalho árduo e a honestidade, a coragem e o “fair play”, não por

Nome	Cargo	Comentários
General Tobias J. Dai	Presidente do CA	Janeiro de 2011
David Seie*	Membro não-executivo	Setembro de 2017
Kathryn Larcombe*	Membro não-executivo	Março de 2020
Chipiliro Katundu***	Membro não-executi o	Fevereiro de 2021
Carlos J. Nhamahango*	Membro executivo (CEO)	Abril de 2018
* Moçambicano ** Malawiano		

6. GOVERNAÇÃO
A manutenção formal de elevados padrões de ética empresarial na condução dos negócios do Banco é da responsabilidade do Conselho de Administração. Para tal, o Banco aplica a estrutura de Governação Corporativa do Grupo para Conselhos subsidiários, que se encontra alinhada com o Código de Governação Corporativa King III e as melhores práticas recomendadas internacionalmente.

A estrutura de governação corporativa do grupo para os órgãos subsidiários abrange vários princípios e orientações de governação que devem ser seguidas pelo Banco, quanto à conduta do Conselho de Administração, composição e outros aspectos.

Tanto o Conselho de Administração como a gestão devem avaliar constantemente os procedimentos de controlo e de gestão de risco e garantir a implementação e revisão regular dos respectivos regulamentos.

Todos os administradores podem, no âmbito das suas funções, pedir aconselhamento profissional independente por conta do Banco.

O Conselho de Administração é responsável pela manutenção de controlos internos sólidos, pela gestão de risco, pela preparação e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento de todas as leis e regulamentos e pela implementação das políticas e objectivos

	2021	2020
Accionista	MZN	MZN
	%	%
Letshego Holdings Limited	99.74	99.74
Timbila Design, Limited	0.12	0.12
General Tobias Joaquim Dai	0.06	0.06
Shawn Bruwer – nomeado pela Letshego Holdings Limited	0.05	0.05
Joaquim Mataruca	0.03	0.03

A Letshego Holdings Limited é uma entidade constituída na República do Botswana e cotada na Bolsa de Valores do Botswana.

9. PLANOS DE DESENVOLVIMENTO FUTURO
A Administração pretende manter o crescimento estável dos seus activos de rendimento, através da diversificação em novos produtos e serviços, publicidade e melhoria da rede de distribuição

caridade mas pelo bem comum de cada cidadão moçambicano.

4. NATUREZA DO NEGÓCIO
O Banco tem como actividade principal a concessão de empréstimos de curto e médio prazo, sem garantia, para os funcionários do sector público e privado.

O Banco também está licenciado para negociar todos os produtos e serviços de um banco comercial, aceita depósitos através da sua solução integrada “ LetsGo” e iniciou a sua própria solução de agente bancário.

5. ADMINISTRADORES
Os Administradores que exerceram funções durante o ano, e até à data deste relatório, são os seguintes:

chave, por consequência tem um controlo completo e efectivo do Banco e é responsável pelo desempenho do Banco perante todas as partes interessadas.

7. GESTÃO
Conforme divulgado na primeira página deste Relatório, o Conselho de Administração é composto por cinco Administradores, quatro não-executivos e um executivo. O Administrador executivo é o Administrador Delegado do Banco e dois dos Administradores não-executivos são independentes.

O Banco Letshego tem um Conselho Fiscal, na forma de Fiscal Único, que reporta à Assembleia Geral. O Conselho Fiscal é responsável por examinar as demonstrações financeiras e outros relatórios do Banco e supervisionar as responsabilidades legais e estatutárias do Conselho de Administração, pelo menos trimestralmente, entre outras funções relacionadas com a supervisão do controlo interno do Banco.

8. ESTRUTURA ACCIONISTA
Cinquenta e seis milhões, seiscientos e sessenta e seis mil, seiscientos e sessenta e sete (56.666.667) acções ordinárias autorizadas de MZN 30 cada.

A estrutura accionista do Banco Letshego é a seguinte:

no país através de agentes directos de vendas e agenciamento bancário. Os planos incluem o crescimento da rede de agentes, a captação de mais depósitos, a oferta de soluções simples e acessíveis e uma agenda de inclusão financeira.

10. DESEMPENHO DO EXERCÍCIO
O Banco obteve um resultado líquido do exercício que ascendeu a cerca de 923 milhões de meticais (2020: 722 milhões de meticais). Em

31 de Dezembro de 2021, o total de activos é de cerca de 11 283 milhões de meticais (2020: 10 317 milhões de meticais), impulsionado principalmente pelo aumento da carteira de crédito a clientes.

11. RESULTADOS E DIVIDENDOS
Durante o exercício, o Banco obteve um resultado líquido de 923 milhões de meticais em 31 de Dezembro de 2021 (2020: 722 milhões de meticais). O Conselho de Administração propõe a distribuição do resultado líquido conforme se segue:

- 30% para a constituição de Reservas, conforme a legislação vigente;
- 35% para o pagamento de dividendos; e
- 35% para Resultados Transitados.

12. SOLVÊNCIA
O Conselho de Administração confirma que as normas contabilísticas aplicáveis foram seguidas e que as demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade.

O Conselho de Administração tem uma expectativa razoável de que o Banco dispõe de recursos adequados para prosseguir a sua

actividade operacional num futuro previsível.

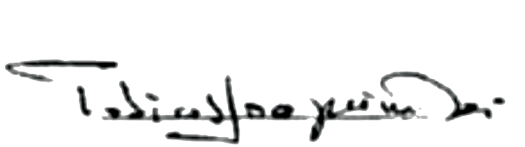
A situação de solvência do Banco a 31 de Dezembro de 2021 encontra-se descrita na nota 6 h) das demonstrações financeiras.

13. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
As partes relacionadas compreendem os administradores e o pessoal-chave da gestão do Banco bem como entidades e/ou administradores. Os saldos e transações com partes relacionadas foram divulgadas na nota 27 das demonstrações financeiras.

14. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS
Todos os funcionários do Banco encontram-se incluídos no Fundo de Contribuição de Pensão (INSS) em que o Banco contribui com 4% e os funcionários com 3% do seu salário bruto, sem que exista uma obrigação legal ou construtiva de contribuir com outros montantes.

15. AUDITORES
Uma resolução para a nomeação da Ernst & Young (EY) como novo auditor independente do Banco, por um período de cinco anos, contados a partir do exercício económico que termina em 31 de Dezembro de 2020, foi aprovada pela Assembleia Geral e pelo Banco de Moçambique.

Em representação do Conselho de Administração


Tobias J. Dai
Presidente do Conselho de Administração


Carlos J. Nhamahango
CEO

DECLARAÇÃO DE

RESPONSABILIDADE DOS

ADMINISTRADORES

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras do Banco Letshego, S.A., que compreendem o balanço a 31 de Dezembro de 2021, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações dos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os administradores são igualmente responsáveis pelo sistema de controlo relevante para a preparação e apresentação adequada e apropriada de demonstrações financeiras que se encontrem isentas de distorções materiais, devidas a fraude ou erro, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema eficaz

de gestão de risco.

Os administradores efectuaram uma avaliação da capacidade do Banco em manter-se a operar segundo o princípio da continuidade, não tendo identificado motivos para não acreditar que o Banco não continuará a operar neste pressuposto no futuro previsível.

O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras do Banco Letshego, S.A., devidamente identificadas no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 28 de Março de 2022, e assinadas pelos mesmos.

Em representação do Conselho de Administração


Tobias J. Dai
Presidente do Conselho de Administração


Carlos J. Nhamahango
CEO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021			
		2021	2020
	Notas	MZN	MZN
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	972,381,863	394,793,071
Disponibilidades em outros bancos	8	264,518,987	781,243,657
Activos financeiros	9	6,327,465	6,327,465
Crédito a clientes	10	9,670,561,217	8,724,835,612
Activos por impostos diferidos	26.1	20,387,284	10,136,123
Activos Tangíveis e Activos sob direito de uso	11	136,404,231	183,212,456
Activos intangíveis	12	32,724,878	39,169,502
Outros activos	13	179,483,399	177,653,188
Total de activos		11,282,789,324	10,317,371,073
Passivo			
Depósitos de clientes	14	2,945,679,055	2,515,819,051
Empréstimos de outros bancos	15	1,068,051,092	1,035,699,692
Passivos por impostos correntes	26.3	195,426,149	93,655,523
Outros passivos	16	363,517,451	373,054,657
Ações preferenciais	17	1,332,804,545	1,119,578,244
Dívida subordinada	18	49,727,486	165,961,637
Total do passivo		5,955,205,778	5,303,768,804
Capital próprio			
Capital social	19	1,700,000,010	1,700,000,010
Prémio de emissão	19	524,000	524,000
Reservas	20	617,556,489	398,667,328
Resultados transitados		2,086,707,086	2,192,581,527
Resultado líquido do exercício		922,795,961	721,829,404
Total do capital próprio		5,327,583,546	5,013,602,269
Total do passivo e do capital próprio		11,282,789,324	10,317,371,073

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021			
		2021	2020
	Notas	MZN	MZN
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos			
Crédito a clientes		1 921 597 743	1 633 976 701
Depósitos de clientes		-	516 850 112
Seguradoras		134 051 109	21 840 836
Rendimento de comissões	22-23	198 479 425	166 794 090
Outros		45 159 263	94 176 368
Pagamentos			
Depósitos de clientes		(16 762 642)	-
Pagamentos a empregados e fornecedores	24-25	(748 193 263)	(527 942 238)
Impostos	26	(465 188 809)	(550 173 935)
Encargos com comissões	22-23	(202 752 865)	(192 736 332)
Fluxos de caixa líquido das actividades operacionais		866 389 961	1 162 785 602
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos			
Activos tangíveis	11	(29 852 870)	(67 248 851)
Activos intangíveis	12	(184 353)	-
Recebimentos			
Activos tangíveis	11	1 723 862	-
Activos intangíveis	12	5 178 081	-
Fluxos de caixa líquido das actividades de investimento		(23 135 280)	(67 248 851)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos			
Empréstimos de outros bancos		(128 645 643)	(1 323 981 068)
Ações preferenciais		(0)	(727 779 795)
Pagamentos de leasing		(44 930 231)	(55 390 258)
Dividendos pagos	19.1	(611 155 026)	-
Recebimentos			
Prémios de emissão		2 340 342	-
Aumento de Capital		-	560 000 000
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(782 390 558)	(1 547 151 121)
Caixa e equivalentes de caixa			
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		60 864 123	(451 614 370)
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		1 176 036 728	1 627 651 098
Caixa e equivalentes de caixa no final do ano		1 236 900 851	1 176 036 728
Caixa e saldos com o Banco Central	7	972 381 863	394 793 071
Saldos com outros Bancos	8	264 518 987	781 243 657

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS						
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021						
	Capital social	Prémio de emissão	Reserva legal	Reserva de pagamentos baseados em acções	Resultados transitados	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	1,140,000,000	524,000	297,461,263	1,202,648	2,289,427,952	3,728,615,863
Transferência para reserva legal	-	-	96,846,424	-	(96,846,424)	-
Conversão de acções preferenciais em acções ordinárias	560,000,010	-	-	-	-	560,000,010
Long term incentive plan	-	-	-	3,156,992	-	3,156,992
Plano de incentivo de longo-prazo	-	-	-	-	721,829,404	721,829,404
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	1,700,000,010	524,000	394,307,687	4,359,640	2,914,410,932	5,013,602,269
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	922,795,961	922,795,961
Transferência para reserva legal	-	-	216,548,821	-	(216,548,821)	-
Conversão de acções preferenciais em acções ordinárias	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos (Nota 19.1)	-	-	-	-	(611,155,026)	611,155,026
Plano de incentivo de longo-prazo	-	-	-	2,340,342	-	2,340,342
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	1,700,000,010	524,000	610,856,508	6,699,982	3,009,503,046	5,327,583,546

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021			
		2021	2020
	Notas	MZN	MZN
Juros e rendimentos similares	21	2,923,018,000	2,654,500,487
Juros e encargos similares	21	(838,835,103)	(868,864,643)
Margem financeira		2,084,182,897	1,785,635,844
Imparidade de crédito	10.1	(13,588,009)	(40,829,634)
Imparidade de outros activos	13.1	-	(16,284,371)
Margem financeira após imparidades		2,070,594,888	1,728,521,839
Rendimento de taxas e comissões	22	198,479,425	166,794,090
Gastos com taxas e comissões	22	(202,752,865)	(192,736,332)
Resultado de taxas e comissões		(4,273,440)	(25,942,242)
Resultados de reavaliação cambial		(1,150,340)	2,616,439
Outros resultados operacionais	23	141,045,286	66,395,044
Produto bancário		2,206,216,394	1,771,591,080
Gastos com pessoal	24	(255,229,219)	(223,963,949)
Gastos gerais administrativos	25	(453,829,143)	(375,914,896)
Depreciações e amortizações	11, 12	(76,388,130)	(71,336,719)
Resultado antes de imposto		1,420,769,902	1,100,375,516
Imposto sobre o rendimento	26	(497,973,941)	(378,546,112)
Resultado líquido do exercício		922,795,961	721,829,404
Outros rendimentos integrais		-	-
Rendimento integral do exercício		922,795,961	721,829,404

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. O BANCO
O Banco Letshego, S.A. (doravante designado como ‘Letshego Moçambique’ ou simplesmente Banco) tem a sua sede em Moçambique, no edifício Okapi Piazza, Avenida Albert Lithuli, nº 15, 6.º andar, Maputo.

O Banco está envolvido na concessão de empréstimos de curto e médio prazo sem garantias e empregados do sector público e sector privado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO
As políticas contabilísticas a seguir apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Conformidade com as Normas Internacionais de Relativo Financeiro (IFRS)
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo

International Accounting Standards Board (IASB) e numa base de custos históricos, salvo se forem especificamente indicadas nas políticas contabilísticas.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base de continuidade de operações e foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 28 de Março de 2022.

b) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados na moeda do ambiente económico principal em que o Banco opera, designada por moeda funcional. As demonstrações financeiras são apresentadas em meticais (MZN), que é a moeda funcional e de apresentação do Banco Letshego.

c) Uso de estimativas e julgamentos
A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS exige que o Conselho de Administração faça julgamentos,

estimativas e crie pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores reportados dos activos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e os pressupostos associados baseiam-se na experiência histórica e em vários outros factores considerados razoáveis nas circunstâncias, cujos resultados constituem a base para efectuar julgamentos acerca dos valores contabilísticos de activos e passivos, que não seriam evidentes a partir de outras fontes. Os resultados reais poderão divergir dessas estimativas.

As estimativas e pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afectar apenas esse período, ou no período da revisão e períodos futuros se a revisão afectar os períodos actuais e futuros.

As informações acerca de estimativas significativas na aplicação das políticas contabilísticas estão descritas na Nota 5 das demonstrações financeiras.

3. POLÍTICAS CONTABILISTICAS SIGNIFICATIVAS

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Transacções e saldos em moeda estrangeira
As transações em moeda estrangeira são convertidas para Meticais de Moçambique (MZN) à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data de relato são convertidos para MZN à taxa de câmbio aplicável para a liquidação nessa data.

O ganho ou perda em moeda estrangeira nos itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do período, ajustado pelos juros efectivos e pagamentos durante o período, e o custo amortizado na moeda estrangeira convertido de câmbio taxa no final do período.

Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, que se encontram ao custo histórico, são convertidos para MZN à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Activos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeira que são mensurados ao justo valor são convertidos para MZN às taxas de câmbio em vigor nas datas em que os justos valores foram apurados. As diferenças cambiais decorrentes da conversão são reconhecidas em ganhos e perdas.

b) Rendimentos e encargos de juros
Os juros e rendimentos similares e os juros e encargos similares são reconhecidos em resultados através do método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do activo financeiro ou passivo financeiro, ou, quando apropriado, durante um período mais curto, para a quantia registada do activo ou passivo financeiro.

Ao calcular a taxa de juro efectiva, são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas sem considerar as perdas futuras de crédito esperadas.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui os custos da transacção e os honorários pagos ou recebidos, que constituem, assim, uma parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos da transacção incluem os custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo financeiro ou passivo financeiro.

Os juros e rendimentos similares e os juros e encargos similares apresentados na demonstração do rendimento integral incluem

os juros de activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e são calculados com base na taxa de juro efectiva. Os rendimentos com juros de depósitos são reconhecidos numa base de acréscimo de acordo com a taxa de juro acordada com a respectiva instituição financeira.

c) Activos e passivos financeiros
Os activos e passivos financeiros mais significativos do Banco são os seguintes:

Saldo com outros bancos e empréstimos e adiantamentos a clientes
Valores devidos por bancos e empréstimos e adiantamentos a clientes incluem activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado activo, devem ser mensurados pelo custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- Os activos financeiros são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter os activos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, e
- Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do principal em aberto (SPPI).

Instrumentos de dívida ao justo valor por meio de outros resultados integrais
O Banco classifica o instrumento de dívida ao justo valor quando as seguintes condições são simultaneamente atendidas:

- O instrumento é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo é alcançado tanto pela recepção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de activos financeiros; e
- Os termos contratuais do activo financeiro atendem ao teste SPPI.

Os instrumentos de dívida reconhecidos ao justo valor através de ganhos e perdas são subsequentemente mensurados ao justo valor, com ganhos e perdas decorrentes de variações no justo valor reconhecidas na demonstração do rendimento integral.

A receita de juros e os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado da mesma forma que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Outras contas a receber
As contas a receber incluem os depósitos e outros valores a receber que decorrem da actividade corrente. São inicialmente mensurados ao justo valor, acrescidos dos custos directos incrementais da transacção, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efectiva.

As contas a receber são inicialmente mensuradas pelo justo valor, que incluem os custos de transacção. Após o reconhecimento inicial, as contas a receber são mensuradas ao custo amortizado utilizando o método de juros efectivos, menos perdas por imparidade acumuladas.

Caixa e equivalentes de caixa
Para o propósito da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e equivalentes de caixa inclui o dinheiro em caixa e os depósitos à ordem em instituições financeiras.

Os descobertos bancários que são reembolsáveis a pedido e fazem parte integrante da gestão de caixa do Banco são incluídos em caixa e equivalentes de caixa. Os montantes em caixa e equivalentes de caixa são registados no balanço, ao custo amortizado e a sua maturidade é inferior a 3 meses.

Activos financeiros ao justo valor por meio de ganhos e perdas
Os activos financeiros nesta categoria são aqueles que não são mantidos para negociação e foram designados pela administração no reconhecimento inicial ou são obrigatoriamente

avaliados pelo justo valor de acordo com o IFRS9.

Princípios da mensuração do justo valor
O Banco mede os instrumentos financeiros pelo justo valor em cada data de reporte. O justo valor é o preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir uma responsabilidade numa transacção ordenada entre os participantes do mercado na data de determinação. A determinação do justo valor baseia-se na presunção de que a transacção para vender o activo ou transferir o passivo ocorre:

- No mercado principal do activo ou passivo, ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o activo ou responsabilidade.

O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pelo Banco.

O justo valor de um activo ou de uma responsabilidade é medido utilizando os pressupostos que os participantes no mercado utilizariam ao fixar o activo ou a responsabilidade, assumindo que os participantes no mercado actuam no seu melhor interesse económico.

O Banco utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais existem dados suficientes para medir o justo valor, maximizando a utilização de inputs observáveis relevantes e minimizando a utilização de inputs não observáveis.

- Nível 1 — Preços de mercado cotado (não ajustado) em mercados activos para um instrumento idêntico;

- Nível 2 — Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como os preços) ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui os instrumentos valorizados com uma utilização de preços de mercado cotados em mercados ativos para instrumentos similares, os preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos e outras técnicas de avaliação em que todos os insumos sejam directa ou indirectamente observáveis a partir de dados do mercado; e

- Nível 3 — Técnicas de valorização utilizando inputs significativos não observáveis. Esta categoria inclui todos os instrumentos em que a técnica de avaliação inclui inputs não baseados em dados observáveis e os inputs não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento.

Esta categoria inclui instrumentos que são avaliados com base em cotações de instrumentos similares sempre que houver necessidade de ajustamentos não observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

Para activos e passivos cujos justos valores sejam medidos numa base recorrente, o Banco determina se as transferências ocorreram entre os Níveis da hierarquia através da reavaliação da categorização (com base na entrada de nível/ nível mais baixo que é significativa para a medição do justo valor no seu conjunto) no final de cada período de reporte.

Passivos financeiros reconhecidos ao custo amortizado
Esta é a categoria mais relevante para o banco. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e depósitos de clientes, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas são reconhecidos nos lucros ou perdas quando as responsabilidades são desconhecidas, bem como através de um processo eficaz de amortização de juros.

O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva. A amortização efectiva dos juros é incluída como custos financeiros em lucros e perdas.

Os passivos financeiros ao custo amortizado incluem os empréstimos, os depósitos de clientes, as garantias em numerário e os fornecedores e outras dívidas a pagar.

Empréstimos
Os empréstimos e depósitos de clientes são as fontes de financiamento do Banco, são inicialmente mensurados ao justo valor, deduzidos dos custos directos incrementais da transacção e subsequentemente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Outras contas a pagar
As obrigações relativas a outros valores a pagar que costumam ser liquidados entre 30 e 90 dias são mensurados ao custo porque se entende que este é o justo valor da contraprestação que irá ser paga pelo Banco pelos bens e serviços recebidos facturados ou não facturados.

Garantias em numerário
As garantias em numerário consistem em numerário recebido como garantia para adiantamentos a clientes e são retidas até que o empréstimo ao cliente seja totalmente liquidado altura em que o saldo é reembolsado ao cliente. A garantia em dinheiro só é imputada a um saldo de empréstimo quando este saldo é considerado irrecuperável.

Reconhecimento
O Banco reconhece os activos e passivos financeiros na data em que são originados ou na data em que ocorre a negociação e o Banco se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Desreconhecimento
O Banco desreconhece um activo financeiro quando expiram os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo, quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais sobre o activo financeiro são transferidos, através de uma transacção em que se transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade financeira, ou quando o banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não mantém o controlo do activo financeiro.

Qualquer participação nos activos financeiros transferidos que seja criada ou retida pelo Banco é reconhecida como um activo ou passivo separado.

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencem.

O Banco efectua transacções em que transfere activos reconhecidos no balanço, mas retém todos os riscos ou benefícios dos activos transferidos, ou de uma parte deles. Se todos, ou substancialmente todos, os riscos e benefícios forem retidos os activos transferidos não serão desconhecidos do balanço.

Nas transacções em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um activo financeiro, o activo é desconhecido quando se perde o controlo sobre o activo.

Nas transferências em que o controlo sobre o activo é retido, o Banco continua a reconhecer o activo, na medida do seu envolvimento continuado, que é determinado pela extensão da exposição a alterações no valor do activo transferido

Compensação de instrumentos financeiros
Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido relatado na demonstração da posição financeira se, e somente se, houver um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e se houver uma intenção de liquidar em uma base líquida, ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração de custo amortizado
O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos as respectivas amortizações, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa de juro

efectiva de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor recuperável na maturidade, menos qualquer redução por imparidade.

Mensuração do justo valor

A determinação do justo valor de activos e passivos financeiros é baseada em preços de mercado cotados ou nas cotações de preços de revenda de instrumentos financeiros negociados em mercados activos. Para todos os outros instrumentos financeiros, o justo valor é determinado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de avaliação incluem técnicas de determinação do valor actual líquido, fluxos de caixa descontados e comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis de mercado e modelos de avaliação.

O Banco usa modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros comuns e mais simples, como swaps de taxa de juro. Para estes instrumentos financeiros, os dados inseridos nos modelos são observáveis no mercado.

Quando se inicia a transacção, o instrumento financeiro é reconhecido pelo justo valor. A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento é normalmente o preço da transacção, por se entender ser o justo valor da contrapartida dada ou recebida.

O valor obtido através do modelo de avaliação pode diferir do preço da transacção e esta diferença inicial, geralmente um aumento no justo valor indicado pelas técnicas de avaliação, é reconhecida em resultados dependendo dos factos e circunstâncias individuais de cada transacção e nunca depois de os dados de mercado se tornarem observáveis.

O valor apurado por um modelo ou outra técnica de avaliação é ajustado em função de factores diversos, adequados às circunstâncias, porque as técnicas de avaliação não reflectem adequadamente todos os elementos que os participantes do mercado levam em consideração numa transacção.

Tais factores, podem ser incorporados para reflectir determinados riscos, tais como spreads bid-ask, riscos de liquidez e outros.

A administração acredita que estes ajustamentos de avaliação são necessários e apropriados para instrumentos financeiros contabilizados pelo justo valor.

Identificação e mensuração de imparidade

As imparidades nos termos da IFRS 9 são determinadas com base num modelo de Perda de Crédito Esperada (ECL), em oposição a um modelo de perda incorrida utilizado na IAS 39.

O modelo ECL aplica-se a activos financeiros mensurados ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outros rendimentos integrais (FVOCI), recebíveis de locação e determinados compromissos de empréstimo bem como contratos de garantia financeira.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em qualquer uma das seguintes bases:

- ECLs de 12 meses: são uma parte das perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro e representam o montante das perdas de crédito esperadas que resultem de eventos de incumprimento esperados durante o período de 12 meses após a data de relato.

- ECLs lifetime: são ECLs resultantes de todos os possíveis eventos de default durante a vida esperada de um instrumento financeiro.

O Banco reconhece uma provisão para ECLs de 12 meses ou lifetime se houver um aumento significativo no risco de crédito (SICR) desde o reconhecimento inicial. Os indicadores de SICR incluem qualquer um dos seguintes:

- 30 dias em atraso;

- Comportamentohistóricodeincumprimento no período de 1 a 30 dias (Stage 1);
- Atrasos técnicos/operacionais com prova de que o atraso subsiste após a correcção do erro técnico/operacional; ou

- Mudanças adversas significativas nas condições comerciais, financeiras e/ou económicas em que o cliente opera.

Mensuração das ECL

A medição das ECLs reflecte um resultado ponderado pela probabilidade, valor do dinheiro no tempo e as melhores informações prospectivas disponíveis do Banco.

Este resultado considera a possibilidade de ocorrer uma, ou não ocorrer nenhuma, perda de crédito, mesmo se a possibilidade da tal ocorrência for baixa. As perdas de crédito são medidas com base no valor presente de todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa que são devidos nos termos do contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber). As ECLs são descontadas à taxa de juro efectiva do activo financeiro.

A avaliação da ECL de um activo financeiro ou carteira de activos financeiros implica estimativas da probabilidade de ocorrência de incumprimento e de correlações de incumprimento entre as contrapartes.

O Banco mede a ECL usando a probabilidade de incumprimento (PD), a exposição aquando do incumprimento (EAD) e a perda pelo incumprimento (LGD). Estas três componentes são consideradas juntas e ajustadas em função da probabilidade do incumprimento.

O cálculo da ECL incorpora informações prospectivas. O Banco realizou análises históricas e identificou as principais variáveis económicas que têm impacto no risco de crédito e na ECL para cada carteira ao nível subsidiário. Essas variáveis económicas e o respectivo impacto no PD, EAD e LGD não variam por instrumento financeiro.

d) Locações

Banco como locatário

O Banco aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todas as locações, excepto para locações de curto prazo e locações de activos de baixo valor. O Banco reconhece passivos de locações para efectuar pagamentos de locações e activos de direito de uso que representam o direito de usar os activos subjacentes.

Activo de direito de uso

O Banco reconhece activos de direito de uso à data de início da locação (ou seja, à data em que o activo subjacente está disponível para uso). Os activos de direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e perdas por imparidade, e ajustados para qualquer remensuração dos passivos de locação.

O custo dos activos de direito de uso inclui o valor dos passivos de locação reconhecidos, custos directos iniciais incorridos e pagamentos da locação efetuados antes ou antes da data de início, deduzidos os incentivos recebidos.

Os activos de direito de uso são depreciados pelo método de quotas constantes pelo menor prazo do contrato de arrendamento e pela vida útil estimada dos bens, como segue: Imóveis, 2 a 5 anos.

Passivo de locação

Na data de início da locação, o Banco reconhece passivos de locação mensurados pelo valor presente dos pagamentos da locação a serem efectuados pelo prazo da locação.

Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos substanciais) menos quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis de locações que dependem de um índice ou taxa e valores esperados a serem pagos com garantias de valor residual.

Os pagamentos de locações também incluem

o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa a ser exercida pelo Banco e pagamentos de multas pela rescisão do contrato, se os termos da locação refletirem que Banco exerce a opção de rescisão.

Os pagamentos variáveis das locações que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa (a menos que sejam incorridos para produzir inventários) no período em que ocorre o evento ou condição que aciona o pagamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos da locação, o Banco utiliza sua taxa de juro incremental na data de início da locação, porque a taxa de juros implícita na locação não é prontamente determinável.

Após a data de início, o valor dos passivos de locação é aumentado para reflectir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos efectuados.

Além disso, o valor contabilístico dos passivos de locação é remensurado se houver uma modificação, uma alteração no prazo da locação, uma alteração nos pagamentos (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do activo subjacente.

Locações de curto prazo e locações de baixo valor

O Banco optou por não reconhecer o direito de utilização de activos por locação financeira de locações de curto prazo (ou seja, aquelas locações que têm um prazo de 12 meses ou menos a partir da data de início).

Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de activos de baixo valor a locações de equipamentos de escritório considerados de baixo valor.

O Banco reconhece os pagamentos da locação associados a estas locações como um gasto numa base de linha recta durante o prazo da locação.

e) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende o imposto corrente e diferido que é reconhecido em resultados, com excepção dos valores que são reconhecidos directamente no capital próprio ou em outros rendimentos integrais.

Imposto corrente

O imposto corrente compreende o imposto esperado (a pagar ou a receber) sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, e qualquer ajustamento ao imposto a pagar ou a receber respeitante a anos anteriores, mensurado com base nas taxas de imposto aprovadas ou substantivamente aprovadas à data do balanço. O imposto corrente também inclui o imposto que resulte de dividendos.

A despesa com impostos sobre o rendimento compreende os impostos correntes e diferidos. É reconhecida no resultado, excepto para itens reconhecidos directamente nos Fundos Próprios em outros resultados integrais (OCI).

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre as quantias escrituradas dos activos e passivos para efeitos de relato financeiro e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para as diferenças temporárias no reconhecimento inicial do activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e que não afecte nem a contabilidade nem o lucro tributável.

	Vida útil	Taxa de depreciação
Computadores	3 anos	33.33%
Mobiliário de escritório	4 anos	25.00%
Equipamento de escritório	5 anos	20.00%
Melhorias em edifícios arrendados	3 anos	33.33%
Veículos	4 anos	25.00%

Os impostos diferidos activos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis, até ao ponto em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para serem utilizados.

Os activos por impostos diferidos são revistos à data de cada balanço e reduzidos na medida em que não seja mais provável que o benefício fiscal seja realizado.

O imposto diferido é mensurado com base nas taxas de imposto que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias, quando elas revertem, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substantivamente aprovadas na data de balanço.

A mensuração do imposto diferido reflecte as consequências fiscais que resultam da forma como o Banco espera, à data de balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Os impostos adicionais que decorram da distribuição de dividendos pelo Banco são reconhecidos no momento em que a responsabilidade de pagamento associada é reconhecida. Estes montantes são geralmente reconhecidos em resultados uma vez que estão geralmente relacionados com rendimento decorrente de transacções que originalmente foram reconhecidas em resultados.

Exposições fiscais

Ao determinar o montante do imposto corrente e diferido, o Banco considera o impacto das exposições fiscais, incluindo os impostos adicionais e os juros que possam ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e pressupostos e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros.

A disponibilidade de nova informação pode originar a alteração do julgamento feito pelo Banco sobre a adequação dos passivos fiscais existentes e por consequência eventuais mudanças nas obrigações fiscais podem ter impacto nos custos fiscais do período em que tal avaliação seja feita.

f) Outros activos tangíveis e activos sob direito de uso

Os activos tangíveis são mensurados ao custo, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. O custo inclui as despesas directamente atribuíveis à aquisição de um activo.

Se as partes significativas de um activo tangível tiverem diferentes vidas úteis, esses itens são contabilizados como um item separado.

Os ganhos e perdas provenientes da alienação são calculados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e a quantia escriturada do activo e reconhecidos em resultados.

Os custos subsequentes são capitalizados somente quando for provável que os benefícios económicos futuros dos gastos fluam para a entidade. Os encargos com obras e manutenção são registados em custos, quando incorridos.

As melhorias em edifícios arrendados são amortizadas ao longo do prazo do contrato de arrendamento e referem-se as melhorias que são feitas em propriedades arrendadas.

A depreciação é calculada através da amortização do custo deduzido dos valores residuais estimados, utilizando o método de quotas constantes durante a vida útil estimada do bem, e é geralmente reconhecido em resultados. As vidas úteis estimadas dos activos tangíveis mais expressivos significativos são as seguintes:

Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revistos à data de cada balanço e ajustados se apropriado. Quando o valor contabilístico de um activo é superior ao seu valor recuperável estimado, é registada uma perda por imparidade. Os ganhos e perdas resultantes de alienações são determinados pela comparação entre o recebimento da venda e o valor contabilístico e são reconhecidos líquidos de outros rendimentos na demonstração do rendimento integral.

Investimentos em curso

Os investimentos em curso compreendem:

- Custos incorridos no desenvolvimento em curso do sistema, mais concretamente do módulo personalizado relativo aos empréstimos e ao relato financeiro do Grupo.

Os custos associados a esse processo de desenvolvimento são reconhecidos como trabalhos em curso até o momento em que os sistemas estão disponíveis para uso; nesse momento, o respectivo elemento será transferido para a categoria apropriada de activo tangível e/ou intangível e depreciado pela respectiva vida.

- Custos incorridos na aquisição e desenvolvimento do activo até que esteja disponível para uso; nesse momento, o respectivo activo será transferido para uma categoria apropriada e depreciado durante a vida útil estimada.

g) Activos intangíveis

O software adquirido pelo Banco é contabilizado ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos com software desenvolvido internamente são reconhecidos como um activo quando o Banco é capaz de demonstrar a sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e usar o software em moldes que gerem benefícios económicos futuros e quando pode mensurar com segurança os custos para concluir o desenvolvimento.

Os custos capitalizados relativos ao software desenvolvido internamente incluem todos os custos directamente atribuíveis ao desenvolvimento do software, incluindo os custos de empréstimos que tenham sido capitalizados, e são amortizados durante a respectiva vida útil.

O software desenvolvido internamente é mensurado ao custo, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. Os custos subsequentes relativos ao software são capitalizados somente quando aumentam os benefícios económicos futuros incorporados no activo específico a que se referem.

Todas as outras despesas são registadas quando incorridas. O software é amortizado com base no método das quotas constantes, através de resultados, durante a vida útil estimada e a partir da data em que está disponível para uso, por ser esta a que melhor reflecte o padrão esperado do consumo dos benefícios económicos incorporados. A vida útil estimada do software não ultrapassa dez anos.

Os métodos de amortização, vida útil e os valores residuais são reavaliados no final de cada exercício financeiro e ajustados, se necessário.

h) Imparidade de activos não-financeiros

A data de cada balanço, o Banco revê as quantias registadas dos seus activos não financeiros para determinar se existe evidência objectiva de imparidade. Se tal indicação existir, o valor recuperável do activo é estimado e é reconhecida uma perda por imparidade sempre que a quantia escriturada de um activo excede o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um activo é o maior entre o valor de uso e o justo valor do activo menos os custos com a venda futura. Ao avaliar o valor de uso, os fluxos de caixa estimados futuros são descontados ao valor actual, usando uma taxa de desconto antes de impostos que é

reflectida nas avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e nos riscos específicos para os activos.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

Uma perda por imparidade de um activo que não seja a goodwill é revertida somente na medida em que a quantia escriturada do activo não exceda a quantia escriturada, líquida de depreciação ou amortização, que teria sido determinado caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco tem uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado e seja muito provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para cumprir tal obrigação.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro é material, o Banco determina o nível de provisão descontando os fluxos de caixa esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as taxas atuais específicas do passivo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração de resultados líquida de qualquer reembolso de outras despesas operacionais.

j) Gastos com benefícios dos empregados

Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-reforma em que o Banco paga contribuições fixas a uma entidade separada e não tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais.

As obrigações por contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas em resultados, como um gasto, quando são devidas a título de serviços prestados antes do final do período de reporte. O Banco contribui para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), em conformidade com os requisitos legais.

Dias de férias

Os direitos dos funcionários que respeitam a férias anuais são reconhecidos quando acumulados pelos funcionários, mediante um acréscimo da estimativa relativa às férias anuais por serviços que tenham sido prestados até à data de relato.

Incentivos e bónus

O Banco também tem implementado um esquema de incentivo e bónus aos funcionários em que o acréscimo se baseia numa política pré-determinada. O acréscimo de incentivo e bónus a funcionários deve ser liquidado no prazo de doze meses.

Pagamentos baseados em acções

O Banco tem um plano de incentivos de longo prazo (LTIP) que é liquidado através de acções. Os prémios de acções são concedidos a membros da Administração e ao pessoal-chave, e o número de acções atribuídas depende do alcance de determinadas metas não comerciais.

O justo valor das acções à data da sua atribuição é reconhecido como um custo com o pessoal, por contrapartida de um aumento no capital próprio, durante o período em que os funcionários são titulares condicionais das acções.

O valor reconhecido como custo é ajustado de forma a reflectir o número efectivo de acções atribuídas na data da sua atribuição.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios a curto prazo a funcionários são contabilizados como custo quando o serviço associado é prestado. O passivo é reconhecido pelo valor que se espera pagar se o Banco tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função do serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de forma fiável.

k) Gastos administrativos associados a salários

O Governo cobra custos administrativos relacionados com os descontos efectuados

nos salários dos clientes de crédito. Estes custos são recuperados através dos clientes e o Banco reconhece em resultados os custos administrativos que não é capaz de recuperar dos clientes.

l) Dividendos pagos

Os dividendos das acções ordinárias são reconhecidos no capital próprio, no período em que são aprovados pelos accionistas do Banco. Os dividendos declarados após a data de reporte não são reconhecidos como um passivo no Balanço.

m) Taxas e comissões

O Banco auferre proveitos de taxas e comissões de clientes e transações relacionadas com empréstimos.

Quando as taxas e comissões fizerem parte integrante dos juros efectivos de um activo ou passivo financeiro, elas são incluídas e mensuradas com base na taxa de juros efectiva.

As taxas e comissões que se referem à transações e serviços onde a obrigação de desempenho é satisfeita durante um período de tempo, são reconhecidas ao longo desse período, à medida que o serviço é prestado.

A receita relacionada às transações é reconhecida no momento em que a transação ocorre. As taxas e comissões iniciais não reembolsáveis são reconhecidas como receita durante o período em que se espera que o cliente continue recebendo o serviço ou utilizando a instalação.

n) Passivos contingentes

O Banco reconhece um passivo contingente quando identifica uma obrigação resultante de eventos passados cuja existência apenas será confirmada através da ocorrência de um ou mais eventos incertos que o Banco não controla na totalidade e quando não é provável que ocorra uma saída de recursos do Banco para liquidar a obrigação e o montante da obrigação não possa ser medido com suficiente fiabilidade.

o) Acções preferenciais

As acções preferenciais que sejam remíveis em data específica ou por opção do accionista, ou que tenham obrigações de dividendos não discricionários, devem ser classificadas como passivo. Os dividendos dessas acções preferenciais são levados à demonstração do resultado como despesa de juros.

As acções preferenciais não remíveis com dividendos discricionários devem ser classificadas como Capital Próprio.

p) Partes relacionadas

Partes relacionadas compreendem directores e pessoal-chave da administração da Companhia e empresas com propriedade comum e / ou conselheiros.

4. NORMAS ADOPTADAS OU AINDA NÃO ADOPTADAS

a) Normas emitidas mas ainda não efectivas

IFRS 17 – Contractos de Seguros

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emitentes.

Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.

Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos correntes e não correntes

Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma

entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.

A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “covenant”.

No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo e é de aplicação retrospectiva.

Alterações à IFRS 3 – Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro

Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais.

É também clarificado o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus os que foram incluídos numa concentração de atividades empresariais.

A alteração é de aplicação prospetiva.

Alterações à IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento

Clarifica o tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos.

A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.

Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contracto

Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato.

Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato.

Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.

Alterações à IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)

Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe (assumindo que não ocorreu nenhum ajuste no processo de consolidação), a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras pode ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos financeiros – Comissões a incluir no teste dos ‘10 por cento’ de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)

Esta melhoria vem clarificar quais as comissões que uma entidade deve incluir ao avaliar se os termos de um passivo financeiro são

substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original.

Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deverão apenas ser incluídas as comissões pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo as comissões pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.

Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas

A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística, alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma entidade usa as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contabilísticas.

Alterações à IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas

Estas alterações pretendem auxiliar a entidade na divulgação das políticas contabilísticas ‘materiais’, anteriormente designadas por políticas ‘significativas’. No entanto devido à inexistência deste conceito nas normas IFRS, foi decidido substituir pelo conceito “materialidade”, um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras.

Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade tem de considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.

Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única

As alterações esclarecem que os pagamentos que liquidem um passivo são fiscalmente dedutíveis, contudo trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Isto é importante para determinar se existem diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo.

De acordo com estas alterações, a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Apenas é aplicável se o reconhecimento de um leasing ativo e um leasing passivo derem origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis que não sejam iguais.

b) Novas normas e emendas adoptadas pelo Banco

Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência - Fase 2

Estas alterações fazem parte da segunda fase do projeto “IBOR reform” do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência, por uma taxa de juros alternativa (Risk Free Rate (RFR)). As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requeira mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente exigidas pela reforma, sejam tratadas da mesma forma que uma alteração de taxa de juro flutuante, equivalente a um movimento na taxa de juros de mercado;

- Permitir que as mudanças exigidas pela reforma sejam feitas para designações de cobertura e documentação de cobertura sem que a relação de cobertura seja descontinuada;

- Fornecer alívio operacional temporário às entidades que tenham de cumprir o requisito identificável separadamente quando um instrumento RFR é designado como cobertura de um componente de risco.

Alterações à IFRS 4 – Contratos de Seguro Diferimento da aplicação da IFRS 9

Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em concreto, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 1 de janeiro de 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.

A isenção temporária referida é de aplicação facultativa e apenas disponível para entidades cujo as suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguros.

Alterações à IFRS 16 - Locações - Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021

Em 28 de maio de 2020, a alteração à IFRS 16 denominada ‘Concessões relacionadas com a COVID-19’ foi emitida, tendo Introduzido o seguinte expediente prático: um locatário pode optar por não avaliar se uma concessão de renda relacionada a Covid-19 é uma modificação de locação.

Os locatários que optem pela aplicação deste expediente, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma modificação da locação de acordo com a IFRS 16.

Inicialmente, o expediente prático aplicava-se a pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, no entanto, devido ao prolongamento do impacto da pandemia, em 31 de março de 2021, o mesmo foi alargado para pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2022. A alteração aplica-se a períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de abril de 2021.

Em suma, o expediente prático pode ser aplicado deste que estejam cumpridos os seguintes critérios:

- a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração;

- qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2022; e

- não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS DA GESTÃO

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão formulou julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, ganhos e perdas reportados. Os resultados efectivos poderão divergir destas estimativas.

Os pressupostos em que as estimativas assentam são objecto de análise contínua e os resultados da revisão das estimativas contabilísticas são reconhecidos prospectivamente. A informação respeitante às estimativas e às principais áreas de incerteza na aplicação de políticas contabilísticas com impacto significativo nas demonstrações financeiras é descrita nos pontos seguintes:

a) Estimativas e julgamentos significativos As áreas que envolvem estimativas significativas são:

- Outros activos tangíveis e activos intangíveis (Notas 11 e 12), respectivamente

- estimativa de vidas úteis e valores residuais;

- Impostos correntes (Nota 26) – estimativa de activos e passivos por impostos correntes;

- Imparidade de crédito a clientes (Nota 10)

- ver 5.a).i).

Os saldos que requerem que a gestão formule

uma estimativa significativa incluem a avaliação da imparidade de crédito e valores a receber. Apesar destas estimativas se basearem na melhor avaliação e conhecimento da gestão sobre a envolvente actual, podem divergir dos valores efectivamente verificados.

As estimativas são alvo de uma avaliação contínua e são baseadas em conhecimento histórico acumulado e outros factores, incluindo a expectativa face a eventos futuros que se espera que sejam razoáveis nas circunstâncias actuais.

O Banco revê regularmente a sua carteira de crédito e efectua julgamentos ao determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida tendo em conta informação observável que possa ter impacto nos fluxos de caixa futuros.

A metodologia e pressupostos utilizados para estimar os montantes e calendarização de fluxos de caixa futuros é revista regularmente de forma a reduzir o risco de existirem diferenças entre as estimativas de perda e as perdas reais.

b) Imparidade de créditos a clientes

O Banco realiza estimativas e premissas que afectam os valores reportados dos activos e passivos no exercício financeiro seguinte. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros factores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias.

Stage	Provisão para imparidade existente	Impacto de mudanças na LGD		Impacto de mudanças na PD	
		(+) 5%	(-) 5%	(+) 5%	(-) 5%
	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Stage 1: Perdas de crédito esperadas a 12 meses	53,203,079	67,529,050	38,877,108	94,761,530	11,643,291
Stage 2: Perdas de crédito esperadas					
"lifetime" (Sem incumprimento)	7,081,146	8,987,883	5,174,409	8,411,820	5,749,193
Stage 3: Perdas de crédito esperadas					
"lifetime" (Em incumprimento)	44,888,406	56,975,489	32,801,324	44,888,406	42,643,986
Total	105,172,631	133,492,422	76,852,841	148,061,757	60,036,470

Portanto, com base no acima exposto, um aumento na LGD ou PD teria um impacto adverso nos lucros do Banco.

Perdas de crédito esperadas: Teste de Stress e Análise de Sensibilidade

Como um negócio de Retenção na fonte pelo Governo para funcionários públicos, o Banco Letshego conseguiu manter-se resiliente aos piores efeitos da Covid-19.

Isto deveu-se principalmente ao facto de os governos terem optado por tomar uma abordagem contracíclica e não recuar, de modo a não agravar as tendências económicas descendentes.

As recalibrações de modelos foram realizadas em 2021 em dois pontos, em Abril e Outubro de 2021. O período entre Abril e Outubro registou tendências de reabertura da economia, à medida que os índices de vacinação contra a Covid-19 aumentavam em Moçambique.

Perda dado o incumprimento (LGD)

A mudança de valor absoluto nas LGDs entre Abril e Outubro de 2021 foi positiva, devido ao aumento do índice de cobranças. Isto deu uma indicação da sensibilidade das nossas LGDs sob pressão económica.

O Banco fica assim confortável em definir os choques LGD para o cenário positivo e para o cenário negativo a 5%, por prudência.

Probabilidade de incumprimento (PD)

Uma vez que as PD's são modeladas usando uma abordagem Point-In-Time (PIT), é atribuída a cada conta uma PD individual, criando uma distribuição de PDs para cada portfólio. Ao criar choques para um portfólio de PD's PIT, uma margem padrão de adicionar e subtrair números estáticos não seria adequada para a criação de cenários.

Neste sentido, é utilizada uma abordagem utilizando percentis para criar um tecto máximo e um limite inferior para as distribuições. Um percentil inferior é usado como limite máximo, e um percentil mais alto é usado como limite mínimo.

O Banco revê periodicamente a sua carteira de crédito (Nota 10) e faz julgamentos para determinar se deve ser reconhecida uma perda por imparidade relativamente a dados observáveis que possam ter impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar o valor e o momento dos fluxos de caixa futuros são revistas regularmente para reduzir as diferenças entre as estimativas de perda e a experiência de perda.

As principais variáveis no processo de modelo que exigem um julgamento significativo do Conselho de Administração incluem:

- Probabilidade de incumprimento ("Probability of Default" - PD);

- Perda dado o incumprimento ("Loss Given Default" - LGD);

- Se o evento de perda, isto é, o momento do registo da imparidade, foi identificado atempadamente; e

- O período de emergência entre a ocorrência do evento e o reconhecimento da perda que decorre do evento de perda.

Resume-se, a seguir, a análise de sensibilidade sobre as perdas por imparidade em 31 de Dezembro de 2021 num cenário de alteração nas LGD e PD:

Análise Macroeconómica

A carteira sujeita a retenção na fonte pelo Governo é a maior carteira e constitui mais de 99% da carteira total de empréstimos. Em geral, o ambiente macroeconómico encontrava-se em desaceleração devido à pressão da pandemia Covid-19. Não obstante, os governos encontravam-se relutantes em aplicar medidas de retração económica, refletindo-se numa mitigação do impacto negativo na população.

Neste sentido, embora o Banco estivesse a operar em um ambiente macroeconómico condicionado, o impacto sentido foi reduzido, tendo os clientes continuado a honrar as suas obrigações financeiras.

Influência económica na estimativa de ECL

Um scorecard comportamental é usado para incorporar variáveis macroeconómicas prospectivas (forward looking) nas PDs lifetime. É calculada uma pontuação ponderada com base nas perspectivas das condições económicas de cada país, sendo a mesma actualizada sempre que exista alguma mudança com impacto na mesma.

Essas pontuações ponderadas são utilizadas para converter PDs de 12 meses em PDs lifetime para contas no Stage 2 (PD do Stage 3 é padrão em 100%).

Uma análise de regressão macro-induzida é usada para modelar um LGD Macro-induzido (MI) para contas no Stage 2 e 3. Isso envolve a identificação de como as condições económicas influenciam as taxas de recuperação e a aplicação disso às perspectivas económicas previstas.

ECL: Abordagem "Forward Looking"

Factores macroeconómicos prospectivos (forward looking) foram todos revistos em baixa, nomeadamente para o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), Inflação, Produto Interno Bruto (PIB) e taxa de desemprego em linha com as perspectivas revistas da Fitch para o período que termina em 31 de dezembro de 2021.

O ECL ponderado pela probabilidade é derivado atribuindo pesos aos cenários base, positivo e negativo com base nas projecções da gestão.

As ponderações utilizadas são 50%, 20% e 30% respetivamente para a carteira de retenções na fonte pelo Governo com baixo risco de crédito

País	Base para ECL	Ponderação da probabilidade	Impacto
	MZN	MZN	
Moçambique	105,172,631	143,788,554	38,615,922
Total	105,172,631	143,788,554	38,615,922

O Banco, portanto, estima um impacto ECL adicional de 38,6 milhões de meticais em Dezembro de 2021, caso o Grupo não tivesse qualquer mitigação em vigor. As divulgações adicionais da ECL podem ser lidas na nota 6 d) crédito risco.

6. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Contextualização

O Banco está exposto aos seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de taxa de juro
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de gestão de capital

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Banco a cada um dos riscos acima identificados e os seus objectivos, políticas e processos para a mensuração e gestão de cada risco.

a) Estrutura de gestão de risco

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global de estabelecer e supervisionar a estrutura de gestão de risco do Banco.

O Conselho de Administração da Letshego Holdings Limited (a empresa-mãe) constituiu o Comité de Auditoria e de Risco do Grupo ("GARC"), o Comité de Recursos Humanos do Grupo ("GHRC"), o Comité de Investimento do Grupo ("GIC"), o Comité de Nomeações do Grupo ("GNC"), o Comité de Gestão do Grupo ("GMC"), o Comité de Risco do Grupo ("GRC") e o Comité Executivo do País ("EXCO"), que são responsáveis por desenvolver as políticas de gestão de risco do Banco nas diversas áreas. Todos os Comités do Conselho de Administração são constituídos por membros executivos e não executivos, para além dos GMC e GRC da Letshego Holdings Limited, e do CMC que é constituído por administradores executivos e gestores séniores que reportam regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas actividades.

A Estrutura de Gestão de Risco Empresarial do Grupo ("ERMF") e a Estrutura de Risco Operacional do Grupo ("GORF") foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Grupo, e pelas suas subsidiárias, para definir limites e controlos de risco apropriados e para monitorar os riscos e a adesão aos limites aprovados.

As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para reflectir as mudanças nas condições de mercado e nos produtos e serviços oferecidos.

O Grupo, através das suas normas e procedimentos de formação e gestão, pretende desenvolver um ambiente de controlo disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendem os seus papéis e obrigações.

O GARC é responsável pela monitorização do cumprimento das políticas e procedimentos de gestão de risco do Grupo e por rever a adequação da estrutura de gestão de risco em relação aos riscos enfrentados pelo Grupo. O

e 30%, 20% e 50% respetivamente para a carteira MPE e informal.

O impacto total ponderado de MZN 38,6 milhões para Moçambique com base em cenários de desvantagem:

GARC é auxiliado nestas funções pela Auditoria Interna, que realiza revisões regulares e ad-hoc dos controlos e procedimentos de gestão de risco, e reporta os resultados ao GARC.

Os deveres e responsabilidades do GARC incluem a revisão da filosofia de riscos, a análise da estratégia e políticas recomendadas pelo EXCO e a análise dos relatórios do EXCO. O Comité assegura a conformidade das políticas com o perfil de risco global do Grupo:

- revisão dos controlos sobre os riscos significativos;
- procedimentos para identificar os riscos do negócio e controlar o impacto no Grupo;
- políticas do Grupo para prevenir ou detectar fraude;
- políticas do Grupo para assegurar que o Grupo cumpre com os requisitos e regulamentos legais;
- eficácia operacional das políticas e procedimentos;
- monitorar a conduta ética do Grupo e do seu pessoal executivo e sénior;
- rever quaisquer declarações sobre normas éticas ou requisitos do Grupo e apoio no desenvolvimento dessas normas e requisitos;
- conformidade com os requisitos dos artigos dos estatutos e demais elementos relativos à constituição;
- conformidade com as leis e regulamentos de qualquer outro estatuto aplicável e órgãos de controlo;
- questões ambientais e sociais.

Comité de Executivo do Grupo

O EXCO é presidido pelo Director Geral do Grupo. Os principais objectivos do EXCO são os seguintes:

- assegurar que são implementadas as estratégias de negócio do Grupo face à agenda colectiva e orçamento do Grupo e reportar sobre os progressos ao Conselho de Administração da empresa-mãe assim como identificar quaisquer riscos significativos ou questões atempadamente;
- monitorizar os desenvolvimentos externos na presença do Grupo (e globalmente em geografias que podem afectar o Grupo) bem como os riscos internos daqui decorrentes, para assegurar que são tomadas as medidas apropriadas para proteger a reputação e a licença do Grupo Letshego, bem como para mitigar potenciais perdas financeiras;
- promover uma cultura que se concentra numa experiência única com o cliente, inovação, medidas preventivas, desenvolvimento de pessoas e envolvimento das partes interessadas, sustentada por governação exemplar e controlo efectivo dos custos; e
- fornecer uma liderança unificada sobre a transformação chave, marca e outras iniciativas do negócio, através da elaboração e aprovação de respostas para ultrapassar os desafios geográficos e do negócio.

Comité de Risco do Grupo (GRC)

O GRC é presidido pelo Chefe responsável pelo Departamento de Risco e Qualidade e

tem como foco a gestão de risco do Grupo, reportando ao GMC. Os principais objectivos do GRC incluem, entre outros, os seguintes:

- assegurar que o Grupo promove e mantém uma cultura de disciplina de gestão de risco, antecipação e conformidade em todas as suas entidades.
 - assegurar que o GORF é implementado em cada subsidiária, incluindo os limites de risco, e fornecer orientação sobre a forma como esta pode ser melhorada.
 - fornecer uma visão geral dos principais riscos que afectam as várias subsidiárias, e o grupo como um todo, e os planos de mitigação propostos.
 - monitorizar, mitigar e procurar reduzir a um nível de risco residual e aceitável os riscos associados com o crédito, mercado, financeiro (incluindo impostos e crime financeiro), operacionais, legais, recursos humanos, tecnologias de informação, de reputação, governação, política, conformidade regulamentar e quaisquer outras questões que possam surgir e que possam afectar negativamente as operações do Grupo.
 - classificar as constatações e recomendações para o GMC, se necessário, sempre que existir um impacto negativo resultante de qualquer sanção por parte dos reguladores, perda de clientes em larga escala e de prejuízo para uma ou mais pessoas.
- Funções de Gestão de Risco Empresarial e do Risco Operacional (ERMF e GORF)**
O âmbito do trabalho envolvido na ERMF e GORF é determinar se a rede de gestão de risco do Grupo, controlo e processo de governação e controlo, tal como concebido e representado pela gestão, é adequado e funciona no sentido de assegurar que:
- os riscos são identificados e geridos de forma apropriada;
 - a interacção com os vários grupos de governação dentro do Grupo são documentados e ocorrem de forma apropriada;
 - a informação financeira significativa e operacional é correcta, fiável e atempada;
 - as acções dos funcionários estão em conformidade com as políticas, normas, procedimentos e leis e regulamentos aplicáveis;
 - os recursos são adquiridos e aplicados economicamente, utilizados de forma eficaz, e adequadamente salvaguardados;
 - os programas, planos e objectivos são aplicados de forma contínua;
 - a qualidade e as melhorias contínuas são implementadas nos processos de gestão de risco e controlo do Grupo;
 - as questões legislativas ou regulamentares significativas com impacto no Grupo são reconhecidas e encaminhadas de forma adequada e reportadas ao Grupo;
 - os requisitos de secretariado do Banco e da Bolsa de Valores do Botswana são cumpridos;
 - a formação do pessoal é contínua e adequada para satisfazer as normas do Grupo; e
 - se estabelece uma ligação com os auditores externos para coordenar os programas de auditoria e suas exigências e normas.

As oportunidades para as melhorias do controlo da gestão e rentabilidade e imagem do Grupo devem ser identificadas durante as auditorias internas e externas e comunicadas ao nível adequado da gestão.

O responsável pela Auditoria Interna comunica e estabelece uma ligação com os auditores externos relativamente ao seu trabalho e às constatações do Departamento de Auditoria

Interna. O programa anual de auditoria interna, incluindo os recursos que são necessários para realizar o seu trabalho, é aprovado pelo GARC. A monitorização contínua do trabalho realizado pelo Departamento de Auditoria Interna bem como o seu relato é realizado pelo GARC.

Os Responsáveis pela Auditoria Interna, Governação e Conformidade e os auditores externos comparecem às reuniões do Comité de Risco e de Auditoria do Grupo.

O Presidente do GARC tem o direito de convidar qualquer outro colaborador do Grupo. O Responsável de Auditoria Interna e os auditores externos têm acesso irrestrito ao Presidente do GARC. O Comité do GARC reúne-se pelo menos duas vezes por ano.

Comité de Recursos Humanos do Grupo (GHRC)

Os principais objectivos do GHRC são:

- monitorar e rever as políticas de remuneração do Grupo;
- assegurar que os directores executivos e gestores seniores são remunerados de forma apropriada e justa;
- assegurar que as estratégias de remuneração são cumpridas; e
- estabelecer metas de desempenho para a tabela de bónus do Grupo.

Os administradores executivos não desempenham nenhum papel respeitante a decisões de remuneração.

Comité de Investimento do Grupo (GIC)

O principal objectivo do GIC é fazer revisões críticas e recomendações ao Conselho de Administração sobre todos os novos investimentos estratégicos, e alienação de investimentos existentes quando necessário, nomeadamente quando ocorrem iniciativas de financiamento importantes do Grupo, incluindo o seguinte:

- o mecanismo para o investimento (início das operações, fusões, aquisições, empreendimentos conjuntos, etc);
- seleccionar os investimentos prioritários e não-prioritários;
- alienar os investimentos existentes quando os objectivos do investimento não são alcançados; e
- decidir sobre os mecanismos apropriados de financiamento no contexto da estratégia geral do Grupo;
- formular as políticas gerais de investimento do Grupo, sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.
- recomendar as orientações de investimento a adoptar pelo Conselho de Administração na prossecução dessas políticas; e
- monitorizar a conformidade geral das políticas de investimento, orientações e decisões estratégicas.

Aquando da aprovação do investimento pelo Conselho de Administração, o GARC e o Conselho de Administração são responsáveis por supervisionar a implementação dos riscos.

Comité de Nomeações do Grupo (GNC)

Os principais objectivos do GNC são os de prestar apoio ao Conselho de Administração no exercício das suas funções em relação ao seguinte:

- formular recomendações para o Conselho de Administração;
- implementar um processo formal de revisão do equilíbrio de competências, diversidade e eficácia do Conselho de Administração;
- identificar as competências necessárias para os indivíduos que apresentem tal necessidade, de uma forma justa e no sentido de assegurar a eficácia e foco do Conselho

de Administração;

- identificar e avaliar os candidatos para aprovação do Conselho de Administração, para preencher as vagas do Conselho de Administração à medida que estas forem surgindo;

- implementar os planos para a sucessão do Conselho de Administração; e

- indução dos administradores, avaliação

de desempenho e desenvolvimento dos administradores; e

- nomeação de administradores não executivos das subsidiárias, indicados periodicamente de acordo com a Estrutura de Governação Empresarial do Grupo para os Conselhos Subsidiários.

b) Instrumentos financeiros

A tabela abaixo apresenta a classificação dos instrumentos financeiros:

	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Passivo ao custo amortizado	Total do valor contabilístico	Justo valor
31 de Dezembro de 2021	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	972,381,863	-	-	972,381,863	961,667,287
Disponibilidades em outros bancos	264,518,987	-	-	264,518,987	247,505,474
Activos financeiros	-	6,327,465	-	6,327,465	5,920,490
Crédito a clientes	9,670,561,217	-	-	9,670,561,217	8,218,686,908
Outros activos	179,483,399	-	-	179,483,399	173,615,407
Total de activos financeiros	11,086,945,466	6,327,465	-	11,093,272,931	9,607,395,566
Passivos financeiros					
Depósitos de clientes	-	-	2,945,679,055	2,945,679,055	2,307,133,791
Empréstimos de outros bancos	-	-	1,068,051,092	1,068,051,092	907,831,400
Outros passivos	-	-	363,517,451	363,517,451	354,447,849
Acções preferenciais	-	-	1,332,804,545	1,332,804,545	1,229,466,845
Dívida subordinada	-	-	49,727,486	49,727,486	49,671,778
Total de passivos financeiros	-	-	5,759,779,629	5,759,779,629	4,848,551,662

	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Passivo ao custo amortizado	Total do valor contabilístico	Justo valor
31 de Dezembro de 2020	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	394,793,071	-	-	394,793,071	389,630,467
Disponibilidades em outros bancos	781,243,657	-	-	781,243,657	721,916,270
Activos financeiros	-	6,327,465	-	6,327,465	5,846,959
Crédito a clientes	8,724,835,612	-	-	8,724,835,612	7,204,441,913
Outros activos	177,653,188	-	-	177,653,188	171,219,074
Total de activos financeiros	10,078,525,526	6,327,465	-	10,084,852,991	8,493,054,683
Passivos financeiros					
Depósitos de clientes	-	-	2,515,819,051	2,515,819,051	2,307,133,791
Empréstimos de outros bancos	-	-	1,035,699,692	1,035,699,692	907,831,400
Outros passivos	-	-	373,054,657	373,054,657	370,400,125
Acções preferenciais	-	-	1,119,578,244	1,119,578,244	1,048,190,277
Dívida subordinada	-	-	165,961,637	165,961,637	165,809,836
Total de passivos financeiros	-	-	5,210,113,281	5,210,113,281	4,799,365,428

c) Justo valor dos instrumentos financeiros

Determinação do justo valor e hierarquia do justo valor

O Banco usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o justo valor de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- **Nível 1** — Preços de mercado cotado (não ajustado) em mercados activos para um instrumento idêntico;

- **Nível 2** — Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como os preços) ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui os instrumentos valorizados com uma utilização de preços de mercado cotados em mercados activos para instrumentos similares, os preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos e outras técnicas de avaliação em que todos os insumos sejam directa ou indirectamente observáveis a partir de dados do mercado; e

- **Nível 3** — Técnicas de valorização utilizando inputs significativos não observáveis. Esta

categoria inclui todos os instrumentos em que a técnica de avaliação inclui inputs não baseados em dados observáveis e os inputs não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui instrumentos que são avaliados com base em cotações de instrumentos similares sempre que houver necessidade de ajustamentos não observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor das notas e títulos cotados é baseado nas cotações de preços na data do relatório. O justo valor de instrumentos não cotados, empréstimos de bancos e outros passivos financeiros, bem como outros passivos financeiros, é estimado descontando os fluxos de caixa futuros utilizando as taxas atualmente disponíveis para dívidas em termos semelhantes, risco de crédito e maturidades remanescentes.

A 31 de Dezembro de 2021, o Banco não detinha instrumentos financeiros ao Justo Valor.

A tabela a seguir mostra uma análise por nível da hierarquia de justo valor:

2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	961,667,287	-	961,667,287
Disponibilidades em outros bancos	-	247,505,474	-	247,505,474
Activos financeiros	-	-	5,920,490	5,920,490
Crédito a clientes	-	-	8,218,686,908	8,218,686,908
	-	1,209,172,761	8,224,607,398	9,433,780,159
Passivos financeiros				
Depósitos de clientes	-	2,506,606,376	-	2,506,606,376
Empréstimos obtidos	-	908,851,109	-	908,851,109
Acções preferenciais	-	-	1,229,466,845	1,229,466,845
	-	3,415,457,485	1,229,466,845	4,644,924,330

2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	389,630,467	-	389,630,467
Disponibilidades em outros bancos	-	721,916,270	-	721,916,270
Activos financeiros	-	-	5,846,959	5,846,959
Crédito a clientes	-	-	7,204,441,913	7,204,441,913
	-	1,111,546,737	7,210,288,872	8,321,835,609
Passivos financeiros				
Depósitos de clientes	-	2,506,606,376	-	2,307,133,791
Empréstimos obtidos	-	908,851,109	-	907,831,400
Acções preferenciais	-	-	1,048,190,277	1,048,190,277
	-	3,415,457,485	1,048,190,277	4,263,155,468

	Quantia escriturada	2021 Justo valor	Quantia escriturada	2020 Justo valor
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	972,381,863	961,667,287	394,793,071	389,630,467
Disponibilidades em outros bancos	264,518,987	247,505,474	781,243,657	721,916,270
Activos financeiros	6,327,465	5,920,490	6,327,465	5,846,959
Crédito a clientes	9,670,561,217	8,218,686,908	8,724,835,612	7,204,441,913
	10,913,789,532	9,433,780,159	9,907,199,804	8,321,835,609
Passivos financeiros				
Depósitos de clientes	2,945,679,055	2,506,606,376	2,515,819,051	2,307,133,791
Empréstimos obtidos	1,068,051,092	908,851,109	1,035,699,692	907,831,400
Acções preferenciais	1,332,804,545	1,229,466,845	1,119,578,244	1,048,190,277
	5,346,534,692	4,644,924,330	4,671,096,987	4,263,155,468
	5,567,254,840	4,788,855,829	5,236,102,817	4,058,680,141

A gestão considera que o justo valor das rubricas de Caixa e disponibilidade com o Banco Central e as dívidas com bancos se aproximam do seu valor contabilístico, em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é incluído pelo valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes interessadas, que não seja em uma venda forçada ou de liquidação.

Os seguintes métodos e premissas foram usados para estimar os justos valores:

- O justo valor de todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado é apurado pelo método de fluxos de caixa descontados.

- Activos financeiros são descontados pela taxa de Bilhetes do Tesouro a 13,40%

- Passivos financeiros são descontados pelo spread de crédito (FPC) - 16,25%.

d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira para o Banco se um cliente ou contraparte num instrumento financeiro falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais e resulta principalmente do crédito a clientes do Banco.

Para os efeitos dos relatórios de gestão de risco, o Banco considera e consolida todos os elementos da exposição ao risco de crédito (como sejam o risco de incumprimento pelos devedores, o risco do sector e o risco do país).

A concessão de empréstimos não garantidos a indivíduos formalmente empregados é o principal aspecto do negócio do Banco. Contudo, a exposição ao risco de crédito e a gestão deste risco é fundamental para o Conselho de Administração.

O modelo que o Banco usa para mitigar este risco são os acordos com os empregadores, com base nos quais o empregador deduz o pagamento mensal do empréstimo directamente do salário do funcionário. Este modelo de “código de dedução de salário” é usado exclusivamente pelo Banco.

Gestão de risco de crédito

Como referido acima, a actividade principal do Banco é a concessão de empréstimos sem garantia para pessoas formalmente empregadas. O Conselho de Administração delegou a responsabilidade de supervisão do risco de crédito ao Administrador Delegado e

ao Departamento de Crédito. No entanto, esta supervisão deve ser vista à luz da estrutura geral de uso exclusivo dos “códigos de dedução de salário” como mecanismo de reembolso do empréstimo.

É da responsabilidade do Administrador Delegado garantir que as políticas do Banco relativas ao risco de crédito, capacidade financeira, salários líquidos mínimos e aderência aos níveis ou legislação sobre o pagamento dos salários líquidos sejam cumpridas com carácter permanente.

O Banco assegura que estes procedimentos são realizados como parte do processo de pedido de empréstimo e desembolso, seguindo-se a monitorização do desempenho da carteira de crédito pelo departamento de crédito com a assistência da Letshego Holdings Limited.

O departamento de crédito, reportando ao Administrador Delegado e apoiado pela Letshego Holdings Limited, é responsável pela gestão de risco de crédito do Banco.

O Letshego tem uma apólice de seguro de crédito para a cobertura de qualquer risco potencial de crédito da carteira de crédito. Uma taxa pré-determinada, aplicada a todos os empréstimos, é cobrada em cada parcela recebida de clientes e entregue à seguradora.

A seguradora indemniza o Banco pela falta de pagamento das dívidas dos clientes do Banco quando da impossibilidade de estes honrarem os termos de contractos de empréstimo.

Os seguintes riscos estão cobertos ao abrigo deste seguro: morte, invalidez, dívidas, fraude, devedor em incumprimento. A seguradora recebe mensalmente o prémio total retido e administra a carteira de investimento afecta, do qual se deduzem as taxas de administração e de licença e os custos fiscais. Ver a nota 13 destas demonstrações financeiras relativa a estes créditos.

Processo de pedido de empréstimo

O empregador participante não garante os empréstimos dos funcionários e só é obrigado a reter as prestações mensais a pagar do salário do empregado antes do salário ser pago na conta bancária do empregado.

As deduções são subsequentemente pagas ao Banco Letshego, directamente e numa base mensal, pelo empregador participante. Os recursos do empréstimo são electronicamente transferidos para a conta bancária do empregado para eliminar o risco de levar dinheiro em mão.

Os empréstimos são concedidos apenas aos empregados que são capazes de apresentar o extracto bancário dos últimos dois meses de salário e que tenham uma conta bancária activa. Este é um pré-requisito uma vez que os empréstimos não são pagos em numerário.

Os principais critérios considerados pelo Banco são a capacidade do candidato de cumprir com os seus compromissos financeiros e de permanecer com fundos suficientes para financiar as necessidades domésticas face ao empréstimo. O Banco aplica esses critérios a todos os clientes e estes são complementares às exigências regulamentares.

Os clientes do Banco são os funcionários dos empregadores participantes. Sempre que um empregador não é um empregador participante, o Banco Letshego formaliza a relação com esse empregador e obtém uma autorização de dedução que permite efectuar a dedução mensal no salário mensal dos funcionários.

Todos os empréstimos são reembolsáveis em parcelas iguais e mensais que são recebidas através da autorização da dedução ao salário (código de dedução de salário) concedida pelo empregador participante, ou seja, uma retenção na fonte.

Monitorização de cobranças mensais

Quando um cliente não tem fundos suficientes do seu salário líquido para satisfazer a prestação mensal do empréstimo, as razões para tal são imediatamente identificadas. Se o cliente não é mais funcionário do empregador, os esforços de recuperação são iniciados.

Se o cliente tiver mudado de emprego, para um empregador não participante, com o qual o Banco não tenha um “código de dedução”, os mandatos de débito directo pré-autorizados são utilizados para recuperar os pagamentos de empréstimos através da conta bancária do cliente.

Se um cliente auferir um salário reduzido, por exemplo quando se trata de licença de estudo

ou licença de maternidade, as amortizações dos empréstimos são reprogramadas para recomeçarem assim que o cliente retorne ao salário integral.

Acompanhamento de empréstimos vencidos Para os empréstimos que vencem, o departamento de crédito segue os procedimentos de recuperação estabelecidos. Tratam-se, em certos casos, da nomeação de agentes legais para garantir julgamentos de dívida.

Aprovação de novos empregadores

Todos os novos empregadores estão sujeitos a alguns critérios de avaliação definidos antes dos acordos do código de dedução. A aprovação é feita por um subcomité da Letshego Holdings Limited.

Transacções não envolvendo numerário

Os desembolsos dos empréstimos são realizados electronicamente e os fundos são depositados directamente nas contas bancárias dos clientes. Reduz-se, assim, o risco de fraude e a complexidade do processo. Devido a esta metodologia apenas os clientes com contas bancárias podem ser aceites.

As auditorias regulares das unidades de negócio e processos de crédito são realizadas pelo Departamento de Gestão de Risco e Conformidade da Letshego Holdings Limited para garantir a conformidade com processos e procedimentos internos e requisitos regulamentares aplicáveis.

Exposição máxima ao risco de crédito por classe de activo financeiro

Para os activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual ao seu valor contabilístico. A tabela seguinte apresenta a exposição máxima ao risco de crédito, com referência a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, antes de se considerar qualquer garantia recebida e outros factores de redução do risco de crédito e de reconhecimento de imparidade.

	2021	2020
Exposição ao risco de crédito	MZN	MZN
Disponibilidades em bancos centrais	966,781,430	386,161,370
Disponibilidades em outros bancos	264,518,987	781,243,657
Activos financeiros	6,327,465	6,327,465
Crédito a clientes	9,670,561,217	8,724,835,612
Activos por imposto	20,387,284	10,136,123
Outros activos	179,483,399	177,653,188
Total de activos sujeitos a risco de crédito	11,108,059,783	10,086,357,413
Activos não sujeitos a risco de crédito	174,729,542	231,013,660

Para efeitos de reporte da qualidade de crédito da carteira, os activos financeiros foram

analisados conforme segue:

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Em 31 de Dezembro de 2021	MZN	MZN	MZN	MZN
Disponibilidades em bancos centrais	966,781,430	-	-	966,781,430
Disponibilidades em outros bancos	264,518,987	-	-	264,518,987
Activos financeiros	6,327,465	-	-	6,327,465
Crédito a cliente	8,801,723,217	478,820,236	495,190,396	9,775,733,848
Outros activos	179,483,399	-	-	179,483,399
Total de activos sujeitos a risco de crédito	10,218,834,498	478,820,236	495,190,396	11,192,845,129
Em 31 de Dezembro de 2020				
Disponibilidades em bancos centrais	386,161,370	-	-	386,161,370
Disponibilidades em outros bancos	781,243,657	-	-	781,243,657
Activos financeiros	6,327,465	-	-	6,327,465
Crédito a cliente	8,093,957,096	403,395,497	394,509,150	8,891,861,743
Outros activos	177,653,188	-	-	177,653,188
Total de activos sujeitos a risco de crédito	9,445,342,774	403,395,497	394,509,150	10,243,247,421

Abaixo a análise do valor contabilístico bruto dos activos financeiros:

Crédito com imparidade

A imparidade de empréstimos e títulos é

relativa a empréstimos e adiantamentos em que o Banco determina que é provável que não sejam cobrados todos os juros devidos de acordo com os termos contratuais do empréstimo.

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Em 31 de Dezembro de 2021	MZN	MZN	MZN	MZN
Disponibilidades em bancos centrais	966,781,430	-	-	966,781,430
Disponibilidades em outros bancos	264,518,987	-	-	264,518,987
Activos financeiros	6,327,465	-	-	6,327,465
Crédito a cliente	8,748,520,137	471,739,090	450,301,990	9,670,561,217
Outros activos	179,483,399	-	-	179,483,399
Total de activos sujeitos a risco de crédito	10,165,631,419	471,739,090	450,301,990	11,087,672,498

Em 31 de Dezembro de 2020				
Disponibilidades em bancos centrais	386,161,370	-	-	386,161,370
Disponibilidades em outros bancos	781,243,657	-	-	781,243,657
Activos financeiros	6,327,465	-	-	6,327,465
Crédito a cliente	8,001,029,995	392,219,100	331,586,517	8,724,835,612
Outros activos	177,653,188	-	-	177,653,188
Total de activos sujeitos a risco de crédito	9,352,415,673	392,219,100	331,586,517	10,076,221,290

Empréstimos com condições renegociadas

Aplica-se quando o empregador não efectua uma dedução do empréstimo por falha não imputável ao cliente.

Nestes casos, os empréstimos são reestruturados para reposicionar o empréstimo e não penalizar o cliente.

O número e o valor destes empréstimos foram nulo durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, tal como já o tinha sido em 2020.

Imparidade: IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A introdução dos requisitos de imparidade da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, implementada em 1 de Janeiro de 2018, exige que as provisões para perdas por imparidade sejam consideradas numa base mais prospectiva e num âmbito mais amplo de instrumentos financeiros do que o previsto na IAS 39, com impacto significativo na situação financeira do Letshego Moçambique.

A medição envolve um aumento da complexidade do julgamento e a revisão dos perfis de risco.

A abordagem seguida pelo Banco é descrita abaixo:

Etapas gerais consideradas pelo Banco na aplicação da IFRS 9

As etapas a seguir ilustram as etapas gerais que o Letshego considerou ao implementar o IFRS 9.

1. Estabelecer a definição apropriada de incumprimento
2. Determinar o nível de avaliação (avaliação individual versus colectiva)
3. Determinar indicadores / medidas de aumento significativo no risco de crédito
4. Definir os limites para aumento significativo do risco de crédito
5. Determinar se o “baixo risco de crédito” será aplicado a determinados empréstimos
6. Identificar informações prospectivas relevantes e factores macroeconómicos
7. Identificar fontes apropriadas de informação prospectiva relevante e factores macroeconómicos
8. Incorporar informações prospectivas e vários cenários para avaliação de empréstimos em preparação
9. Stage de empréstimos com base na avaliação prospectiva do aumento significativo do risco de crédito

10. Determinar o método a ser usado para medir as perdas de crédito esperadas

11. Determinar o período de estimativa - tempo de vida esperado do instrumento financeiro

12. Estabelecer a probabilidade de incumprimentos para créditos nas fases 1 e 2

13. Calcular a Exposição em incumprimento (Exposure at Default - EAD)

14. Identificar garantias relevantes e melhorias de crédito

15. Desenvolver cálculos para o Loss Given Default (incorporando garantias e reforços de crédito);

16. Considerar o valor do dinheiro no tempo e calcular as perdas de crédito esperadas;

17. Identificar as modificações que ocorreram durante o período e determinar se cada modificação origina ou não um desconhecimento;

18. Calcular as alterações nos ganhos ou perdas e nos empréstimos;

19. Estabelecer e documentar os processos apropriados, governação e controlos internos para estimar as perdas esperadas de crédito

As exigências de imparidade são complexas e exigem julgamentos, estimativas e premissas da Administração.

Os principais conceitos e julgamentos levados em consideração são os seguintes.

Determinação de um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial

A IFRS 9 requer o reconhecimento das perdas de crédito esperadas em 12 meses, i.e. a parcela das perdas de crédito que se espera que ocorram durante os próximos 12 meses e que respeitam a todo o período do crédito se o risco de crédito não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial (fase 1); perdas de crédito esperadas lifetime para instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial (fase 2) ou que estão em incumprimento (fase 3).

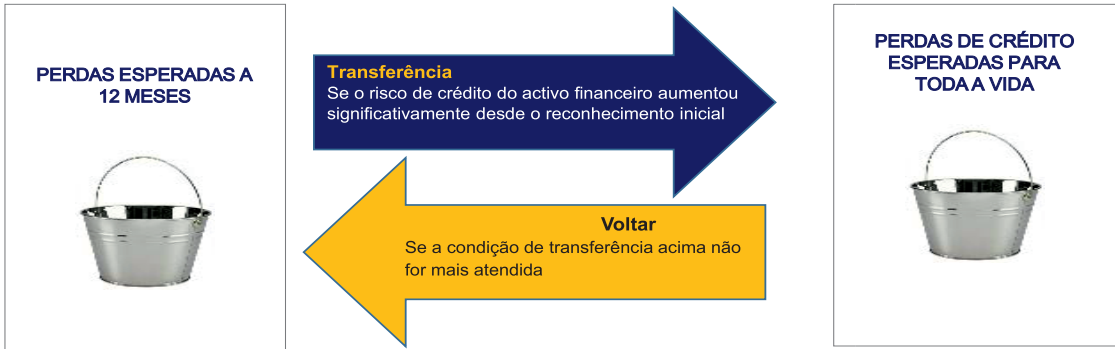
O Banco avalia quando ocorreu um aumento significativo no risco de crédito com base em elementos quantitativos e qualitativos.

Os requisitos da IFRS 9 para o escalonamento de empréstimos são resumidos nos dois diagramas abaixo (versão Inglesa da Norma):

Diagrama 1



Diagrama 2



Elementos quantitativos

Com o uso de um scorecard interno, ou processo de classificação do risco, o Letshego pode avaliar os aumentos significativos no risco de crédito nos seus portfólios financeiros e microfinanceiros.

Isto envolve a definição de limites para determinar o que constitui um aumento significativo no risco de crédito à medida que um empréstimo se move ao longo da escala de classificação.

Com o scorecard ou a classificação de risco desenvolvida, o Banco pode então determinar a probabilidade de incumprimento (PD) associada a essas classificações.

Dois tipos de PDs são considerados na IFRS 9:

- PDs de doze meses - Esta é a probabilidade estimada de ocorrência de um incumprimento durante os próximos 12 meses (ou sobre a vida remanescente do instrumento financeiro se for inferior a 12 meses), usada para calcular o ECL de 12 meses aplicável aos instrumentos financeiros no Stage 1.

- PD Lifetime - trata-se da probabilidade estimada de ocorrência de um incumprimento durante a vida restante do instrumento financeiro, usada para fins de avaliação do Stage e também para calcular as ECLs lifetime para as exposições do Stage 2 e Stage 3.

Elementos qualitativos

Contas que atendem aos critérios de “alto risco” do portfólio e estão sujeitas a um monitoramento mais próximo do crédito.

Crítérios de Backstop

Contas com 30 ou mais dias de atraso. Os 30 dias de atraso devem ser tratados como um backstop, em vez de um dos principais impulsionadores das exposições em movimento para o Stage 2.

As exposições voltam ao Stage 1 quando deixam de se enquadrar nos critérios que definem o aumento significativo no risco de crédito e quando são cumpridos os critérios de cura usados para gerir o risco de crédito, sujeitas à actualização de todos os pagamentos e a evidência, por parte do cliente, da capacidade e vontade de efectuar os pagamentos futuros.

Informação prospectiva (Forward-looking)

A IFRS 9 é uma medida ponderada de probabilidade imparcial, que é determinada

pela avaliação de uma gama de resultados possíveis, usando informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis sem custo ou esforço na data de relato sobre eventos passados, condições actuais e previsões de condições económicas futuras. A IFRS 9 requer o uso de factores prospectivos, ou indicadores preditivos, no cálculo da ECL, incluindo a avaliação dos Stages.

As informações prospectivas envolvem, por inerência, o julgamento do Conselho de Administração na determinação de elementos essenciais, tais como os factores macroeconómicos que afectam os fatores de risco PD, LGD e EAD de um empréstimo, a categoria de rating ou da carteira, conforme o caso, a previsão dos valores desses factores de risco durante um, dois ou mais anos, em função do prazo da carteira.

As fontes das informações prospectivas variam de país para país e todos os factores macroeconómicos utilizados serão aprovados a alto nível, pelo comitê de crédito, baseado também nos exercícios de correlação realizados.

Definição de incumprimento, activos com perda de crédito, baixas e reconhecimento de receita de juros
O incumprimento não é definido na IFRS 9. O Banco é responsável por esta definição e deve basear-se na sua própria definição usada na gestão interna de riscos do Banco.

A consideração cuidadosa de como o incumprimento é definido é importante uma vez que afecta o cálculo de PDs, LGDs e EADs que têm impacto nos resultados da ECL.

A definição mais simples é a de não cumprir um pagamento programado de capital ou juros, no entanto, essa definição tem modificações dependentes do tipo de produto ou empréstimo.

A definição de incumprimento deve ser consistente com a utilizada para fins internos de gestão de risco de crédito para instrumentos financeiros relevantes e devem-se considerar indicadores qualitativos, como por exemplo, a violação de compromissos, quando apropriado. A incapacidade de pagar também pode ser considerada na avaliação qualitativa do incumprimento.

Para efeitos da divulgação do Banco sobre a qualidade do crédito, os activos financeiros foram analisados da seguinte forma:

2021				
Grau de classificação	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Vincendo				
High grade	49,197,864	232,728	-	49,430,592
Standard grade	4,005,215	395,730	-	4,400,944
Sub-standard grade	-	3,492,678	-	3,492,678
Vencido mas sem imparidade	-	2,960,009	-	2,960,009
Vencido				
Com imparidade individual (100%)		-	44,888,406	44,888,406
	53,203,079	7,081,146	44,888,406	105,172,631

2020				
Grau de classificação	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Vincendo				
High grade	116,904	1,510	-	118,414
Standard grade	84,808,020	400,318	-	85,208,338
Sub-standard grade	5,368,272	5,826,003	-	11,194,275
Vencido mas sem imparidade	2,633,905	4,948,566	-	7,582,471
Vencido				
Com imparidade individual (100%)		-	62,922,633	62,922,633
	92,927,101	11,176,397	62,922,633	167,026,131

Desconto

As perdas de crédito esperadas são descontadas à taxa de juro efectiva (EIR) no reconhecimento inicial, ou aproximada, e de forma consistente com o reconhecimento do proveito.

Para os compromissos de empréstimo, a EIR é a taxa que se espera aplicar quando o empréstimo é usado e o activo financeiro é reconhecido.

Técnicas de modelagem

As perdas de crédito esperadas (ECL) são calculadas pela multiplicação de três componentes principais, a PD, LGD e EAD, descontadas à taxa de juros efectiva original.

Para a avaliação de imparidade nos termos da IFRS 9, os Modelos de Imparidade de Moçambique são utilizados para determinar a PD, a LGD e EAD. Para os Stages 2 e 3, o Banco aplica PDs ao longo da vida esperada da operação, e para o Stage 1 usa PDs de 12 meses. As ECLs da PD, EAD e LGD são modelados a um nível que considera a antiguidade entre outros factores de crédito.

A avaliação do aumento significativo do risco de crédito baseia-se na curva PD inicial, que considera os diferentes riscos de crédito ao longo do tempo.

	Governo	Banca	Comércio	Outros	Total
31 de Dezembro de 2021	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Caixa e disponibilidades no banco central	966,781,430	-	-	5,600,433	972,381,863
Disponibilidades em outros bancos	-	264,518,987	-	-	264,518,987
Activos financeiros	-	-	6,327,465	-	6,327,465
Créditos a clientes	-	-	-	9,670,561,217	9,670,561,217
Outros activos	-	-	173,659,643	5,823,756	179,483,399
Activos sujeitos ao risco de crédito	966,781,430	264,518,987	179,987,108	9,681,985,406	11,093,272,931

	Governo	Banca	Comércio	Outros	Total
31 de Dezembro de 2020	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Caixa e disponibilidades no banco central	386,161,370	-	-	8,631,701	394,793,071
Disponibilidades em outros bancos	-	781,243,657	-	-	781,243,657
Activos financeiros	-	-	6,327,465	-	6,327,465
Créditos a clientes	-	-	-	8,724,835,612	8,724,835,612
Outros activos	-	-	173,688,368	3,964,819	177,653,188
Activos sujeitos ao risco de crédito	386,161,370	781,243,657	180,015,833	8,737,432,132	10,084,852,992

e) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de mudanças nos preços de mercado, tais como taxas de juro e taxas de câmbio, virem a afectar o justo valor ou fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros.

O risco de mercado resulta de posições abertas, taxas de juro, moeda estrangeira, ambas expostas a movimentações gerais e específicas de mercado gerais e a alterações no nível de volatilidade financeira.

O objectivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, optimizando, ao mesmo tempo, o retorno sobre o risco.

Gestão do risco de mercado

A responsabilidade geral pela gestão do risco de mercado recai sobre a gestão do Banco com a assistência da Auditoria de Grupo e o Comité de Risco. A gestão é responsável pelo desenvolvimento de políticas de gestão de risco detalhadas, sujeitas a revisão pela Auditoria de Grupo e pelo Comité de Risco durante o

Renegociação de empréstimos

Os activos reestruturados em cumprimento ou em incumprimento são classificados no Stage 3, excepto quando se conclui que a concessão dada não originou uma diminuição da obrigação financeira, e que não se identificou nenhum outro elemento que integra a definição regulatória de incumprimento, caso em que o activo é classificado como estando no Stage 2. O período mínimo de Stage para passar para o estado de cura é de 6 meses.

Concentração do risco de crédito

Existe uma concentração de risco de crédito quando várias contrapartes estão envolvidas em actividades semelhantes e têm características económicas semelhantes que fariam com que a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais fosse afectada de forma semelhante por mudanças nas condições económicas ou outras.

As concentrações de exposição de crédito descritas a seguir não estão proporcionalmente relacionadas à perda de crédito.

Alguns segmentos da carteira do Banco têm e devem ter encargos de crédito proporcionalmente mais elevados em relação à exposição do que outros.

decurso da implementação dessas políticas.

O risco cambial é o risco de que o valor de um instrumento financeiro fluctue devido a alterações nas taxas de câmbio. O Conselho de Administração estabelece limites para as posições por moeda.

De acordo com a política do Banco, as posições são monitoradas diariamente para garantir que as mesmas sejam mantidas dentro dos limites estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em moeda estrangeira que o Banco detém na sua posição financeira é uma colocação (depósito) detida noutra instituição de crédito.

A regulamentação estabelece que o risco cambial não deve ultrapassar 10% e a exposição do banco é significativamente inferior a esse limite.

A tabela a seguir resume a exposição do Banco ao risco cambial, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020.

2021				2020		
31 de Dezembro	MZN	USD	TOTAL	MZN	USD	TOTAL
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	972,227,155	154,708	972,381,863	385,569,366	9,223,705	394,793,071
Disponibilidades em outros bancos	264,518,987	-	264,518,987	781,243,657	-	781,243,657
Activos financeiros	6,327,465	-	6,327,465	6,327,465	-	6,327,465
Crédito a clientes	9,670,561,217	-	9,670,561,217	8,724,835,612	-	8,724,835,612
Outros activos	179,483,399	-	179,483,399	177,653,188	-	177,653,188
Total de activos financeiros sujeitos a risco cambial	11,093,118,223	154,708	11,093,272,931	10,075,629,286	9,223,705	10,084,852,991
Passivos financeiros						
Depósitos de clientes	2,945,679,055	-	2,945,679,055	2,515,819,051	-	2,515,819,051
Empréstimos de outros bancos	1,068,051,092	-	1,068,051,092	1,035,699,692	-	1,035,699,692
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	363,517,451	-	363,517,451	373,054,657	-	373,054,657
Acções preferenciais	1,332,804,545	-	1,332,804,545	1,119,578,244	-	1,119,578,244
Dívida subordinada	49,727,486	-	49,727,486	165,961,637	-	165,961,637
Total de passivos financeiros sujeitos a risco cambial	5,759,779,629	-	5,759,779,629	5,210,113,281	-	5,210,113,281
Exposição líquida	5,333,338,594	154,708	5,333,493,302	4,865,516,005	9,223,705	4,874,739,710
% exposição ao risco cambial	-	0.00%	-	-	0.09%	-

Risco de taxa de juro - é o risco de flutuação dos fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros devido a alterações nas taxas de juro mercado, com impacto negativo na posição financeira do Banco.

A exposição ao risco de taxa de juro que está associada aos efeitos das flutuações nas taxas de mercado tem impacto na posição financeira e nos fluxos de caixa e os excedentes de caixa são geridos para assegurar que os excessos

	Até 1 mês	De 1 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Sem risco taxa de juro	Total
31 de Dezembro de 2021	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	966,781,430	-	-	-	5,600,433	972,381,863
Disponibilidades em outros bancos	264,518,987	-	-	-	-	264,518,987
Activos financeiros	-	-	-	-	6,327,465	6,327,465
Crédito a clientes	-	-	-	-	9,670,561,217	9,670,561,217
Outros activos	-	-	-	-	179,483,399	179,483,399
Total de activos financeiros sujeitos a risco de taxa de juro	1,231,300,417	-	-	-	9,861,972,514	11,093,272,931
Passivos financeiros						
Depósitos de clientes	-	-	-	-	2,945,679,055	2,945,679,055
Empréstimos de outros bancos	1,068,051,092	-	-	-	-	1,068,051,092
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	363,517,451	363,517,451
Acções preferenciais	1,332,804,545	-	-	-	-	1,332,804,545
Dívida subordinada	49,727,486	-	-	-	-	49,727,486
Total de passivos financeiros sujeitos a risco de taxa de juro	2,450,583,123	-	-	-	3,309,196,506	5,759,779,629
Gap de taxa de juro	(1,219,282,706)				6,552,776,008	5,333,493,302

	Até 1 mês	De 1 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Sem risco taxa de juro	Total
31 de Dezembro de 2020	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	386,161,370	-	-	-	8,631,701	394,793,071
Disponibilidades em outros bancos	781,243,657	-	-	-	-	781,243,657
Activos financeiros	-	-	-	-	6,327,465	6,327,465
Crédito a clientes	-	-	-	-	8,724,835,612	8,724,835,612
Outros activos	-	-	-	-	177,653,188	177,653,188
Total de activos financeiros sujeitos a risco de taxa de juro	1,167,405,026	-	-	-	8,917,447,965	10,084,852,991
Passivos financeiros						
Depósitos de clientes	-	-	-	-	2,515,819,051	2,515,819,051
Empréstimos de outros bancos	1,035,699,692	-	-	-	-	1,035,699,692
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	373,054,657	373,054,657
Acções preferenciais	1,119,578,244	-	-	-	-	1,119,578,244
Dívida subordinada	165,961,637	-	-	-	-	165,961,637
Total de passivos financeiros sujeitos a risco de taxa de juro	2,321,239,573	-	-	-	2,888,873,708	5,210,113,281
Gap de taxa de juro	(1,153,834,547)				6,028,574,257	4,874,739,710

Sensibilidade a alterações nas taxas de juro sobre o financiamento recebido:

	2021	2020
	MZN	MZN
Custo médio de financiamento	16.75%	17.34%
Impacto de um aumento de 1% nas taxas de financiamento nos encargos com juros	(50,088,158)	(50,118,121)
Impacto de uma redução de 1% nas taxas de financiamento nos encargos com juros	50,088,158	50,118,121

f) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que as operações não possam ser financiadas, e os compromissos financeiros não possam ser satisfeitos atempadamente, com uma boa relação custo-eficácia.

O risco resulta quer da diferença entre os activos e passivos quer da desproporção dos seus vencimentos.

A gestão de risco de liquidez lida com o perfil global do Balanço, os requisitos de financiamento do Banco e os fluxos de caixa.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de Dezembro de 2021	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Passivos financeiros						
Depósitos de clientes	1,119,361,765	136,021,320	1,623,660,711	66,635,259	-	2,945,679,055
Empréstimos de outros bancos	-	-	-	1,068,051,092	-	1,068,051,092
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-
Passivos de locação	-	-	8,916,526	73,451,056	-	82,367,582
Outros passivos	267,627,431	13,522,438	-	-	-	281,149,869
Acções preferenciais	348,834,535	-	-	983,970,010	-	1,332,804,545
Dívida subordinada	49,727,486	-	-	-	-	49,727,486
Total de passivos financeiros	1,785,551,217	149,543,758	1,632,577,237	2,192,107,417	-	5,759,779,629
Activos para gestão de risco de liquidez	1,420,916,038	35,305,670	310,238,565	6,673,398,530	2,653,414,128	11,093,272,931

de liquidez são investidos em moldes que assegurem níveis máximos de retorno com risco mínimo. No geral, os juros de adiantamentos a clientes são fixos enquanto que os juros de empréstimos são variáveis.

A tabela abaixo resume a exposição ao risco da taxa de juro através do agrupamento de activos e passivos categorizados pela primeira data da re-fixação contratual de juros ou maturidade.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de Dezembro de 2020	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Passivos financeiros						
Depósitos de clientes	689,501,761	136,021,320	1,623,660,711	66,635,259	-	2,515,819,051
Empréstimos de outros bancos	-	-	-	1,035,699,692	-	1,035,699,692
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-
Passivos de locação	5,968,548	-	183,173	114,353,297	-	120,505,018
Outros passivos	247,555,704	4,993,936	-	-	-	252,549,640
Acções preferenciais	-	-	-	1,119,578,244	-	1,119,578,244
Dívida subordinada	-	-	-	165,961,637	-	165,961,637
Total de passivos financeiros	1,057,562,482	141,015,257	1,623,660,711	2,387,874,832	-	5,210,113,282
Activos para gestão de risco de liquidez	1,238,379,386	149,451,883	226,097,836	6,191,416,013	2,279,507,873	10,084,852,991

O quadro acima mostra os fluxos de caixa não contabilizados sobre as responsabilidades financeiras do Banco e os compromissos de empréstimos não reconhecidos com base na sua maturidade contratual o mais cedo possível.

Os fluxos de caixa esperados do Banco nestes instrumentos podem variar a partir desta análise. Por exemplo, reuniões e atualizações regulares são fornecidas aos financiadores do Banco, de modo a garantir que as instalações e linhas de crédito permanecem abertas e não se espera que todos os compromissos de empréstimos não reconhecidos sejam imediatamente reduzidos.

g) Risco Operacional

O risco operacional é o risco das perdas directas e indirectas resultarem de várias causas associadas aos processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura do Banco, e de factores externos diferentes dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, tais como os que resultam de exigências legais e regulamentares e de normas de comportamento empresarial geralmente aceites.

O objectivo do Banco é gerir o risco operacional de forma a equilibrar as perdas financeiras e os danos à reputação do Banco com eficiência de custos e evitar procedimentos de controlo que restrinjam as iniciativas e a criatividade. A principal responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação de controlos para abordar o risco operacional é atribuída à gestão. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de normas globais do Banco para a gestão do risco operacional nas seguintes áreas que estão incluídas no departamento de Conformidade e Risco do Grupo:

- requisitos para a segregação de funções apropriada, incluindo a autorização independente das transacções;

- requisitos para a reconciliação e monitorização das transacções;

- cumprimento dos regulamentos e outros requisitos legais;

- documentação de controlos e procedimentos;

- requisitos para a avaliação periódica dos riscos operacionais enfrentados e adequação dos controlos e procedimentos para mitigar os riscos identificados;

- requisitos para relato de perdas operacionais e elaboração de propostas de acções de remediação;

- desenvolvimento de planos de contingência;

- formação e desenvolvimento profissional;

	2021	2020
	MZN	MZN
Fundos próprios de base (Tier 1)		
Capital social	1,700,000,010	1,700,000,010
Prémio de emissão	524,000	524,000
Reservas não distribuíveis	617,556,489	398,667,328
Resultados transitados	2,086,707,086	2,192,581,527
Menos: activos intangíveis	(32,724,878)	(39,169,502)
Menos: Insuficiência de provisões para imparidade	(676,684,133)	(463,485,309)
Total fundos próprios de base (Tier 1)	3,695,378,574	3,789,118,054
Acções preferenciais	740,193,818	758,904,843
Imparidade genérica de risco de crédito	953,199	953,199
Total capital regulamentar	4,436,525,591	4,548,976,096
Activos ponderados por risco	8,701,099,787	7,771,653,897
Rácio de solvabilidade	50.99%	58.53%

7. CAIXA E DISPONIBILIDADES NO BANCO CENTRAL

	2021	2020
	MZN	MZN
Caixa	5,600,433	8,631,701
Disponibilidades em bancos centrais	966,781,430	386,161,370
	972,381,863	394,793,071

A 31 de Dezembro de 2021, as disponibilidades em bancos centrais referem-se a reservas obrigatórias no valor de MZN 204,380,654 e aplicações no mercado monetário interbancário no valor de MZN 762,400,776.

8. DISPONIBILIDADES EM OUTROS BANCOS

	2021	2020
	MZN	MZN
Moeda Nacional		
Depósitos à ordem	264,364,279	772,019,952
Moeda estrangeira		
Depósitos à ordem	154,708	9,223,705
	264,518,987	781,243,657

9. ACTIVOS FINANCEIROS

Activos financeiros mensurados ao justo valor por via de ganhos e perdas

	2021	2020
	MZN	MZN
Valor de aquisição	6,327,465	6,327,465
Impacto da avaliação ao justo valor	-	-
Justo valor	6,327,465	6,327,465

O Banco detém 0,5% do capital social da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO), para o qual não existe um mercado activo.

A gestão considera que o custo se aproxima do justo valor e não foi identificada nenhuma situação de imparidade neste investimento.

10. CRÉDITOS A CLIENTES

	2021	2020
	MZN	MZN
Crédito bruto a clientes	9,775,733,848	8,891,861,742
Menos: Provisões e perdas por imparidade de crédito	(105,172,631)	(167,026,131)
	9,670,561,217	8,724,835,612

A totalidade dos clientes de crédito são funcionários do Governo de Moçambique. Abaixo estão apresentadas algumas características da carteira de crédito a clientes:

	2021	2020
	MZN	MZN
Taxa média de juro dos créditos a clientes (anuais)	31.9%	33.2%
Taxa média de cobrança	97.6%	98.2%
Empréstimo mais alto (MZN)	2,500,000	2,500,000
Empréstimo mais baixo (MZN)	3,000	3,000
Prazo médio dos empréstimos (meses)	63	63
Número total de clientes	85,038	85,683

10.1 Movimento em provisões para perdas por imparidade

	2021	2020
	MZN	MZN
Saldo de abertura	167,026,131	122,317,756
Imparidade do exercício	13,588,009	40,829,634
Abates de crédito	(75,441,508)	3,878,741
Ajustamento do ano anterior	-	-
Saldo de fecho	105,172,631	167,026,131
Stage 1: Perdas esperadas em 12 meses	53,203,079	92,927,102
Stage 2: Perdas por imparidade na duração da vida do crédito (lifetime) - sem incumprimento	7,081,146	11,176,396
Stage 3: Perdas esperadas na duração de vida do crédito (lifetime) - em incumprimento	44,888,406	62,922,633

11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS SOB DIREITO DE USO

	Equipamento informático	Equipamento e mobiliário de escritório	Melhorias em edifícios arrendados	Veículos	Direito de uso	Investimentos em curso	Total
Ao custo	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
1 de Janeiro de 2021	101,256,429	55,947,332	29,145,528	5,648,330	178,906,361	5,489,145	376,393,126
Adições	15,764,423	1,237,992	-	-	-	12,850,455	29,852,870
Alienações	(35,540,702)	(25,916,081)	-	(38,542)	(29,141,914)	-	(90,637,238)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos / reclassificações	-	-	-	-	(7,942,456)	-	(7,942,456)
31 de Dezembro de 2021	81,480,150	31,269,244	29,145,528	5,609,788	141,821,991	18,339,600	307,666,302
Depreciação acumulada	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
1 de Janeiro de 2021	(68,525,159)	(30,249,109)	(16,331,424)	(859,344)	(77,215,633)	-	(193,180,669)
Depreciação do exercício	(25,380,913)	(7,500,155)	(4,567,091)	(1,402,447)	(30,908,547)	-	(69,759,153)
Alienações	35,537,400	24,195,520	-	38,542	29,141,914	-	88,913,376
Ajustamentos / reclassificações	3,479	(5,313)	1,834	-	2,764,376	-	2,764,376
31 de Dezembro de 2021	(58,365,194)	(13,559,057)	(20,896,682)	(2,223,250)	(76,217,889)	-	(171,262,071)
Saldo líquido	23,114,957	17,710,187	8,248,847	3,386,539	65,604,102	18,339,600	136,404,231

	Equipamento informático	Equipamento e mobiliário de escritório	Melhorias em edifícios arrendados	Veículos	Direito de uso	Investimentos em curso	Total
Ao custo	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
1 de Janeiro de 2020	90,112,440	37,450,027	16,378,934	38,542	139,024,185	27,078,223	310,082,351
Adições	9,853,690	4,825,286	415,311	5,609,788	39,882,176	6,662,600	67,248,851
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	1,290,299	13,672,019	12,351,283	-	-	(27,313,602)	-
Ajustamentos / reclassificações	-	-	-	-	-	(938,076)	(938,076)
31 de Dezembro de 2020	101,256,429	55,947,332	29,145,528	5,648,330	178,906,361	5,489,145	376,393,126

Depreciação acumulada	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
1 de Janeiro de 2020	(43,465,431)	(23,530,668)	(14,855,398)	(38,542)	(47,648,436)	-	(129,538,475)
Depreciação do exercício	(25,059,728)	(6,718,441)	(1,476,026)	(820,802)	(29,567,197)	-	(63,642,194)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos / reclassificações	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2020	(68,525,159)	(30,249,109)	(16,331,424)	(859,344)	(77,215,633)	-	(193,180,669)
Saldo líquido	32,731,270	25,698,223	12,814,104	4,788,986	101,690,729	5,489,145	183,212,456

Investimentos em Curso incluíam itens relacionados com “Softwares Desenvolvidos Internamente” que foram reclassificados para Activos Intangíveis (vide a nota 12).

11.1 Locações

O Banco aluga uma série de agências. Os arrendamentos têm uma duração de 1 a 5 anos. O Banco optou por não reconhecer activos e

passivos com prazo de arrendamento (de até 12 meses) e arrendamentos de baixo valor para equipamentos operacionais. Não há restrições impostas ao arrendatário aquando da assinatura dos contratos. Os arrendamentos do Banco não são canceláveis e referem-se ao vencimento dos pagamentos futuros em 31 de Dezembro de 2021.

Valores reconhecidos no balanço:

	2021	2020
	MZN	MZN
Direito de uso		
Edifícios	65,604,102	101,690,729
	65,604,102	101,690,729

	2021	2020
	MZN	MZN
Passivo de locação		
Corrente	40,888,025	405,954
Não-corrente	41,479,557	120,099,064
	82,367,582	120,505,018

Valores reconhecidos na demonstração do rendimento integral:

	2021	2020
	MZN	MZN
Depreciações do activo de direito de uso	30,908,547	29,567,197
Gasto de juros	17,989,113	15,384,176
Despesas de arrendamento de curto prazo	-	-
Despesas de arrendamento de baixo valor	-	-
	48,897,660	44,951,373

Os passivos de locação financeira encontram-se reflectidos na Nota 16 – Outros Passivos.

12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

	Licença de software	Software	Software desenvolvido internamente	Total
Ao custo	MZN	MZN	MZN	MZN
1 de Janeiro de 2021	23,659,214	43,456,182	5,406,163	72,521,559
Adições	-	-	184,353	184,353
Alienações	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-
Ajustamentos / reclassificações	-	-	-	-
31 Dezembro de 2021	23,659,214	43,456,182	5,590,516	72,705,912

Depreciação acumulada	MZN	MZN	MZN	MZN
1 de Janeiro de 2021	(18,781,422)	(14,570,635)	-	(33,352,057)
Depreciações do exercício	(1,536,441)	(5,092,536)	-	(6,628,977)
Alienações	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-
Ajustamentos / reclassificações	-	-	-	-
31 Dezembro de 2021	(20,317,863)	(19,663,171)	-	(39,981,034)
Saldo líquido	3,341,351	23,793,011	5,590,516	32,724,878

	Licença de software	Software	Software desenvolvido internamente	Total
Ao custo	MZN	MZN	MZN	MZN
1 de Janeiro de 2020	23,659,214	43,456,182	4,468,087	71,583,483
Adições	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-
Ajustamentos / reclassificações	-	-	938,076	938,076
31 Dezembro de 2020	23,659,214	43,456,182	5,406,163	72,521,559
Depreciação acumulada	MZN	MZN	MZN	MZN
1 de Janeiro de 2020	(14,775,344)	(10,882,188)	-	(25,657,532)
Depreciações do exercício	(2,235,372)	(5,459,153)	-	(7,694,525)
Alienações	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-
Ajustamentos / reclassificações	(1,770,706)	1,770,705	-	-
31 Dezembro de 2020	(18,781,422)	(14,570,635)	-	(33,352,057)
Saldo líquido	4,877,792	28,885,547	5,406,163	39,169,502

O Software desenvolvido internamente é registado pelos custos associados aos processos de construção e desenvolvimento até o momento em que o activo esteja disponível para uso, ou seja, quando o activo estiver na localização e condição necessárias para ser capaz de operar da maneira pretendida

13. OUTROS ACTIVOS

	2021	2020
	MZN	MZN
Pagamentos antecipados	9,656,926	8,113,577
Adiantamentos a trabalhadores	5,823,756	3,964,819
Indemnizações de seguros a receber	90,163,665	139,186,671
Partes relacionadas	3,116,731	2,125,510
Outros valores a receber	70,722,321	24,262,610
	179,483,399	177,653,188

As indemnizações de seguro a receber estão relacionadas com um plano de seguros para cobrir créditos vencidos, adoptado pelo Banco enquanto prática transversal ao Grupo Letshego.

Os fundos provêm das prestações mensais recebidas dos clientes de crédito e são pagos às seguradoras, nomeadamente Sanlam e ICE Seguros, na qualidade de gestoras do plano de seguros.

	2021	2020
	MZN	MZN
Cientes corporativos:		
- Depósitos à ordem	527,212,620	269,758,292
- Depósitos à prazo	690,902,456	864,582,403
Cientes de retalho:		
- Depósitos à ordem	321,582,625	364,959,154
- Depósitos à prazo	1,405,981,354	1,016,519,202
	2,945,679,055	2,515,819,051
Depósitos correntes	1,869,270,419	2,439,986,840
Depósitos não-correntes	1,063,447,084	66,116,300
	2,932,717,503	2,506,103,140
Juros sobre depósitos	12,961,552	9,715,911
	2,945,679,055	2,515,819,051

15. EMPRÉSTIMOS DE BANCOS

	2021	2020
	MZN	MZN
Bancos comerciais		
Títulos	1,068,051,092	1,035,699,692
Instituições financeiras de desenvolvimento	-	-
Fundo de pensões	-	-
	1,068,051,092	1,035,699,692
Análise da maturidade contractada		
Vencimento até 1 ano	225,000,000	-
Vencimento entre 1 e 3 anos	828,170,783	1,035,699,692
Vencimento superior a 3 anos	-	-
Total de empréstimos recebidos	1,053,170,783	1,035,699,692
Juros contractuais sobre empréstimos até à data do vencimento	14,880,309	-
Fluxos de caixa de financiamento obtidos	1,068,051,092	1,035,699,692
Movimentos		
Saldo no início do ano	1,035,699,692	2,084,947,538
Financiamento obtidos ao longo do ano	670,000,000	450,000,000
Reembolsos feitos durante o ano	(637,648,600)	(1,499,247,846)
	1,068,051,092	1,035,699,692

16. OUTROS PASSIVOS

	2021	2020
	MZN	MZN
Outros passivos		
Imposto de selo e retenções na fonte	55,299,378	31,266,550
Crédito de prémios de seguro	30,137,241	26,522,254
Acréscimo para bónus de funcionários	7,374,123	1,690,095
Acréscimo para incentivos aos funcionários	1,303,063	892,605
Acréscimo para férias de funcionários	36,539,706	39,481,141
Segurança social	1,003,407	159,435
Contas de compensação	37,578,503	20,769,931
Honorários de auditoria	4,845,252	2,411,237
Diferimento de rendimento de taxas	4,626,292	11,904,443
Diferimento de rendimento de comissões	47,988,822	50,348,700
Passivo de locação	82,367,582	120,505,018
Outros acréscimos	19,088,482	19,887,211
Outros valores a pagar	35,365,600	47,216,038
	363,517,451	373,054,657

pela gestão.

Nesse momento, o respectivo elemento será transferido de obras em curso para uma categoria apropriada de activo imobilizado e/ ou intangível e é depreciado/ amortizado ao longo da vida útil do activo.

14. DEPÓSITOS DE CLIENTES

Os depósitos de clientes são maioritariamente compostos por contas poupança e depósitos a prazo.

O prémio para o seguro de crédito está relacionado com o plano de seguros para cobrir créditos vencidos, adoptado pelo Banco enquanto prática transversal ao Grupo Letshego.

Os fundos são provenientes das prestações mensais recebidas dos clientes de crédito e são pagos às seguradoras Sanlam e ICE Seguros, na qualidade de gestoras do plano de seguros.

17. ACÇÕES PREFERENCIAIS

Em 2014, o Banco emitiu 31 666 667 acções preferenciais, com um valor nominal de MZN 30 por acção, para a Letshego Holding Limited.

As acções preferenciais são liquidadas ao valor nominal num período de 10 anos contado desde a data de emissão. Este instrumento compreende um passivo financeiro que é mensurado ao custo.

Durante 2015, o Banco emitiu outras 36 666 667 acções preferenciais com um valor de MZN

	2021	2020
	MZN	MZN
Acções preferenciais em 1 de Janeiro	1,119,578,244	1,613,266,811
Acções preferenciais emitidas (dívida subordinada convertida - nota 19)	-	(560,000,010)
Juros do exercício	213,226,301	194,084,213
Juros pagos	-	(127,772,770)
	1,332,804,545	1,119,578,244

18. EMPRÉSTIMOS SUBORDINADOS

	2021	2020
	MZN	MZN
Dívida subordinada em 1 de Janeiro	165,961,637	144,303,352
Adições/ serviços prestados	186,682,184	186,682,184
Pagamentos	(302,916,335)	(165,023,899)
	49,727,486	165,961,637

19. CAPITAL SOCIAL E PRÉMIO DE EMISSÃO

	2021	2020
	MZN	MZN
Totalmente autorizadas, subscritas e pagas		
Número de acções ordinárias	56,666,667	56,666,667
Valor nominal das acções	30	30
Capital social	1,700,000,010	1,700,000,010
Prémio de emissão	524,000	524,000

19.1. Dividendos pagos aos accionistas

	2021	2020
	MZN	MZN
Dividendos respeitantes a exercícios anteriores pagos durante o ano	611,155,026	-
Dividendos intercalares pagos	-	-
Total de dividendos pagos	611,155,026	-
Total de acções ordinárias	56,666,667	56,666,667
Dividendo por acção	10.79	-

Os dividendos de 611 milhões de meticais (2020: zero) foram declarados e pagos pelo Banco durante o exercício em análise aos acio-nistas ordinários e são debitados ao capital próprio no exercício em que são declarados e aprovados.

	2021	2020
	MZN	MZN
Reserva legal	610,856,508	394,307,687
Pagamento baseado em acções	6,699,982	4,359,640
	617,556,490	398,667,327

Reserva legal: De acordo com a legislação mo-çambicana, o Banco deve destinar anualmente, para uma reserva legal, não inferior a 15% do seu lucro auditado do ano anterior após impos-tos, até que essa reserva seja igual ao montan-te do capital.

Reservas para pagamento baseado em acções: O Grupo Letshego Holdings Limited opera um Plano de Incentivo de Longo Prazo (LTIP), que foi aprovado pelos acionistas do grupo em uma assembleia geral extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2005.

De acordo com o plano, prémios de acções condicionais são concedidos à gerência e aos funcionários-chave. A estimativa de acções a serem adquiridas por um ano é baseada

30 cada, a favor da Letshego Holding Limited.

Estas acções preferenciais são remuneradas à taxa do Banco de Moçambique adicionada de uma margem de 4%.

Durante 2016, o Banco emitiu 14 000 000 acções preferenciais adicionais com um valor de MZN 30 cada, a favor da Letshego Holding Limited, nas mesmas condições contratuais das emissões anteriores.

As acções preferenciais autorizadas com referência a 31 de Dezembro de 2016 ascendiam a 82 333 334 acções com um valor de MZN 30 por acção.

Em 2019 e 2020, o Banco Letshego, S.A. converteu 19 000 000 e 18 666 667, respectivamente, acções preferenciais em acções ordinárias, no valor de MZN 30 cada, a favor da Letshego Holdings Limited, com os mesmos termos contratuais.

	2021	2020
	MZN	MZN
Acções preferenciais em 1 de Janeiro	1,119,578,244	1,613,266,811
Acções preferenciais emitidas (dívida subordinada convertida - nota 19)	-	(560,000,010)
Juros do exercício	213,226,301	194,084,213
Juros pagos	-	(127,772,770)
	1,332,804,545	1,119,578,244

18. EMPRÉSTIMOS SUBORDINADOS

	2021	2020
	MZN	MZN
Dívida subordinada em 1 de Janeiro	165,961,637	144,303,352
Adições/ serviços prestados	186,682,184	186,682,184
Pagamentos	(302,916,335)	(165,023,899)
	49,727,486	165,961,637

19. CAPITAL SOCIAL E PRÉMIO DE EMISSÃO

	2021	2020
	MZN	MZN
Totalmente autorizadas, subscritas e pagas		
Número de acções ordinárias	56,666,667	56,666,667
Valor nominal das acções	30	30
Capital social	1,700,000,010	1,700,000,010
Prémio de emissão	524,000	524,000

19.1. Dividendos pagos aos accionistas

	2021	2020
	MZN	MZN
Dividendos respeitantes a exercícios anteriores pagos durante o ano	611,155,026	-
Dividendos intercalares pagos	-	-
Total de dividendos pagos	611,155,026	-
Total de acções ordinárias	56,666,667	56,666,667
Dividendo por acção	10.79	-

Os dividendos por acção são obtidos dividindo-se o total de dividendos pela média ponderada das acções emitidas durante o ano.

	2021	2020
	MZN	MZN
Reserva legal	610,856,508	394,307,687
Pagamento baseado em acções	6,699,982	4,359,640
	617,556,490	398,667,327

em projecções internas quanto às condições especificadas sendo alcançadas.

As acções são atribuídas na holding, Letshego Holdings Limited, que está listada na Bolsa de Valores de Botswana. As acções concedidas nos termos do plano não podem exceder 10% das acções ordinárias emitidas da empresa holding, Letshego Holdings Limited.

O número máximo de acções que podem ser alocadas a qualquer participante individual no esquema é de 1% das acções ordinárias emitidas da holding. A atribuição de prémios de acções ao abrigo do plano relativo à gestão do Banco Letshego SA teve início em 2019. O período de carência dos prémios de acções é geralmente de três anos.

	Acções concedidas 2021	Preço ponderado 2021
	MZN	MZN
Saldo inicial	4,359,640	11.42 / 4.92
Concedido durante o período	2,340,342	4.46
Saldo final	6,699,982	11.42 / 4.92/ 4.46

	Acções concedidas 2020	Preço ponderado 2020
	MZN	MZN
Saldo inicial	1,202,648	11.42
Concedido durante o período	3,156,992	4.92
Saldo final	4,359,640	11.42 / 4.92

Os prémios de acções em circulação em 31 de Dezembro de 2021 têm preços de exercício denominados na moeda do Botswana (BWP), equivalentes a MZN 11,42, MZN 4,92 e MZN 4,46 e períodos de carência médios ponderados de 15 e 27 meses, respectivamente.

21. MARGEM FINANCEIRA

	2021	2020
	MZN	MZN
Juros e rendimentos similares		
Créditos e aplicações:		
- Clientes	2,860,137,251	2,629,317,628
- Bancos	62,880,749	25,182,859
Outros	-	-
	2,923,018,000	2,654,500,487
Juros e encargos similares		
Empréstimos de bancos	(160,997,043)	(274,733,221)
Locações	(17,989,113)	(15,384,176)
Acções preferenciais	(213,226,301)	(234,091,228)
Depósitos de clientes	(446,622,646)	(344,656,019)
	(838,835,103)	(868,864,643)
	2,084,182,897	1,785,635,844

22. RESULTADOS DE TAXAS E COMISSÕES

	2021	2020
	MZN	MZN
Rendimento de taxas e comissões		
Taxas e comissões de crédito	92,642,376	94,785,246
Taxa de cobrança	57,253,398	50,744,966
Outras taxas e comissões	48,583,651	21,263,878
	198,479,425	166,794,090
Gastos com taxas e comissões		
Taxas de cobrança	-	-
Comissões de vendas	(112,295,559)	(74,060,543)
Comissão de garantia	(23,092,734)	(37,501,739)
Outras taxas e comissões	(65,069,571)	(72,368,453)
Taxa de negociação	(2,295,000)	(3,375,000)
Taxa de mobilização de fundos	-	(5,430,597)
	(202,752,865)	(192,736,332)
	(4,273,440)	(25,942,242)

23. OUTRSO RESULTADOS OPERACIONAIS

	2021	2020
	MZN	MZN
Participação nos lucros	88,643,090	75,267,314
Subsídios	7,278,152	-
Outros proveitos operacionais	46,178,579	42,764,160
	142,099,821	118,031,474
Participação nos lucros (perdas)		
Subsídios pagos	-	(14,000)
Outros gastos operacionais	(1,054,535)	(51,622,430)
	(1,054,535)	(51,636,430)
	141,045,286	66,395,044

As participações nos lucros estão relacionadas com os ganhos do plano de seguro para cobrir as dívidas incobráveis de clientes. Este seguro é uma prática em todo o Grupo Letshego e é localmente gerido pelas seguradoras Sanlam e ICE Seguros.

24. GASTOS COM O PESSOAL

	2021	2020
	MZN	MZN
Salários e vencimentos	154,596,696	144,279,383
Contribuições para assistência médica	22,226,997	17,331,319
Custos com segurança social	6,742,642	6,277,227
Outros gastos com pessoal	71,662,884	56,076,020
	255,229,219	223,963,949

Outras despesas de pessoal incluem provisão de pagamento de licença, incentivo e bónus de pessoal, despesas com formações, custos de recrutamento, seguro de pessoal e taxas de associação de funcionários.

A variação registada em 2021 foi impulsionada principalmente pelo aumento dos incentivos e bónus de pessoal.

25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

	2021	2020
	MZN	MZN
Honorários dos serviços de consultoria dos accionistas	9,378,388	8,949,048
Gastos de comunicação	45,252,511	46,448,315
Gastos gerais de escritório	20,423,813	18,484,684
Honorários de serviços especializados	57,780,773	40,056,832
Gastos com veículos	21,871,524	19,235,271
Material de escritório	11,839,707	8,667,242
Despesas de deslocação	29,495,890	24,836,206
Honorários de auditoria	3,691,355	2,752,306
Comissões de gestão	158,929,194	138,362,486
Outros gastos operacionais	95,165,988	68,122,506
	453,829,143	375,914,896

As comissões de gestão referem-se aos serviços de suporte oferecidos pelos funcionários da Letshego Holdings ao país.

prestados pela Letshego Holdings, em linha com a implementação de novos produtos e soluções.

Estes incluem serviços partilhados, como sistemas e suporte de Tecnologias de Informação, serviços de gestão de projectos, auditoria interna, monitoramento de crédito, monitoria da experiência e inovação do cliente, assuntos corporativos, serviços de gestão de risco geral e outros serviços em recursos humanos, contabilidade, tesouraria e governança. Estas comissões são cobradas ou determinadas pelas condições de mercado. A variação homóloga foi impulsionada pelo aumento geral do número e volume de serviços

Outros gastos operacionais são impactados principalmente por despesas de marketing e publicidade e contribuições de fundos de garantia de depósitos. Outros gastos operacionais também incluem despesas bancárias, seguros, reparações e manutenções e serviços de correio.

A variação homóloga foi impulsionada principalmente pelo aumento das contribuições para o fundo de garantia de depósitos em linha com o aumento da carteira de depósitos.

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

	2021	2020
	MZN	MZN
Imposto sobre o rendimento	508,225,103	375,140,208
Imposto diferido	(10,251,162)	3,405,904
	497,973,941	378,546,112

26.1. Imposto diferido

	2021	2020
	MZN	MZN
Saldo a 1 de Janeiro	10,136,123	13,542,027
Movimento do exercício	10,251,162	(3,405,904)
Saldo a 31 de Dezembro	20,387,284	10,136,123

26.2. Reconciliação do imposto corrente

	2021	2020
	MZN	MZN
Resultados antes de imposto	1,420,769,902	1,100,375,516
Imposto calculado à taxa de 32%	454,646,369	352,120,165
Efeito fiscal de:		
- Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais	53,578,734	23,020,043
Imposto sobre o rendimento	508,225,103	375,140,208
Taxa efectiva de imposto	35.77%	34.09%

26.3. Imposto corrente a pagar

	2021	2020
	MZN	MZN
Saldo a 1 de Janeiro	93,655,523	187,119,449
Imposto sobre o rendimento	512,753,967	378,546,112
Pagamentos	(398,998,031)	(472,010,038)
Saldo a 31 de Dezembro	207,411,458	93,655,523

Impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias nos seguintes:

	2021	2020
	MZN	MZN
Activos tangíveis	(3,796,127)	-
Gastos com o pessoal	(14,953,427)	(12,732,468)
Ganhos (perdas) cambiais não realizadas	(368,154)	-
Adiantamentos	-	2,596,344
Locações	(1,269,577)	-
Saldo a 31 de Dezembro	(20,387,283)	(10,136,123)

27. PARTES RELACIONADAS

	2021	2020
	MZN	MZN
Saldo com a Letshego Holding Limited		
Acções preferenciais (nota 17)	1,332,804,545	1,119,578,244
Dívida subordinada (nota 18)	49,727,486	165,961,637
	1,382,532,031	1,285,539,881
Gastos com juros a Letshego Holding Limited		
Acções preferenciais (nota 17)	213,226,301	234,091,228
Dívida subordinada	-	-
	213,226,301	234,091,228

	2021	2020
	MZN	MZN
Outros gastos com partes relacionadas		
Comissões de gestão	158,929,194	138,362,486
Custos com emissão de garantias	23,092,734	37,501,739
Despesas suportadas em nome do banco	25,565,964	28,404,381
Consultoria	7,560,000	7,560,000
Honorários aos administradores	1,818,388	1,818,388
	216,966,280	213,646,994

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Impacto da guerra entre a Rússia e a Ucrânia

A guerra Rússia-Ucrânia em curso tem impactado factores microeconómicos e macroeconómicos, resultantes essencialmente da resposta geopolítica da comunidade financeira, decorrente de sanções de vários

países aplicadas à Rússia.

Estas sanções incluem a exclusão de bancos específicos do SWIFT, rescisão de serviços do FMI, Visa, Mastercard, Mashreq Bank, Paypal e bloqueio da Rússia e congelamento de activos. Consequentemente, têm-se registado turbulências nos mercados financeiros globais.

No geral, o ambiente permanece relativamente fluido, com consequências económicas significativas. O impacto previsto a nível global inclui:

- Choques de preços na liquidez das commodities;

- Fluctuações nas taxas de câmbio;

- Variações nas taxas de juros;

- Inflacção;

- Perfil de risco dos clientes;

- Retornos instáveis sobre investimentos e retornos aos accionistas;

- Valor decrescente de títulos do governo, acções, dívida corporativa e alternativas.

Ainda que o sector financeiro não esteja imune a esses riscos, a gestão permanece confiante que o Banco é resiliente com base nos seus cinco objectivos estratégicos de transformação, nomeadamente diversificação de produtos, digitalização, reequilíbrio geográfico, agilidade empresarial e valor sustentável para os accionistas. A gestão está convicta de que o Banco permanecerá estável atravessando os diversos ciclos económicos e choques resultantes das rupturas da guerra.

Da análise efetuada, não há indícios de impactos materiais para o Banco que afectem a continuidade das operações.

ANEXO À CIRCULAR Nº 3 E 4 /SHC/ 2007 MODELO IV

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021										(Milhares de Meticals)
CÓDIGO DE CONTAS	ACTIVO	ANO			ANO ANTERIOR	CÓDIGO DE CONTAS	PASSIVO	ANO	ANO ANTERIOR	
		VALOR ANTES DE PROVISÕES, IMPARIIDADE E AMORTIZAÇÕES	PROVISÕES, IMPARIIDADE E AMORTIZAÇÕES	ACTIVO LIQUIDO						
10+3300	1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	209,981		209,981	394,795	38-3311 (1)-3410+5200+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de Bancos Centrais	-	-	
11+3301	2. Disponibilidades em outras instituições de crédito	264,519		264,519	781,242	43 (1)	Passivos Financeiros detidos para Negociação		-	
153 (1)+158 (1)+16	3. Activos Financeiros Detidos para negociação			-	-	43 (1)	Outros passivos Financeiros ao Justo valor através de Resultados		-	
153 (1)+158 (1)+17	4. Outros Activos Finaceiros ao Justo valor através de Resultados			-	-	39-3311 (1)-3411+5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras Instituições de Créditos	1,068,051	1,035,700	
154+158 (1)+18+34888 (1)-53888 (1)	5. Activos financeiros disponiveis para Venda.	-		-	-	40+41-3311 (1)-3412-3413+5202+5203+5211 (1)+5310+5311	Recuros de Clientes e Outros Empréstimos	2,944,197	2,515,819	
13+150+158 (1)+159 (1)+3303+3310 (1)+3408 (1)-350-3550-5210 (1)-5300	Aplicações em Instituições de Crédito	762,401		762,401	-	42-3311 (1)-3414+5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por Títulos		-	
14+151+152+158 (1)+3304+3310 (1)35211-5210 (1)-53010-53018	Créditos a clientes	10,044,627	105,173	9,939,455	8,933,714	44	Derivados de Cobertura	0	-	
156+158 (1)+159 (1)+22+3307+3310 (1)+3402-355-3524-5210 (1)-5303 (1)	Investimentos detidos até a maturidade	-		-	-	45	Passivos não correntes detidos para Venda e operações descontinuaadas		-	
21	Derivados de Cobertura	-		-	-	47	Provisões	168,115	205,084	
25-3580	Activos não correntes detidos para Venda	-		-	-	490	Passivos por Impostos correntes	195,426	93,656	
26-3581 (1)-360 (1)	Propriedade de Investimentos			-	-	491	Passivos por impostos deferidos			
27-3581 (1)-360 (1)	Outros Activos tangíveis	307,666	171,262	136,404	183,212	480+488+/-489 (1)-3311 (1)-3416 (1)+5206 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Outros passivos Subordinados	395,445	163,836	
29-3583-361	Activos Intangíveis	72,706	39,981	32,725	39,170	51-3311 (1)-3417-3418+50 (1) (2)+5207+5208+5211 (1)+528+538-5388+5318 (1)+54 (1)(3)	Outros Passivos	637,598	576,418	
24-357	Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	6,327		6,327	6,327				-	
300	Activos por Impostos correntes	16,338		16,338	16,338	55	Capital	2,683,970	2,819,578	
301	Activos por Impostos diferidos	20,387		20,387	10,136	602	Prémios de Emissão	524	524	
12+157+158 (1)+159 (1)+31+32+3302+3308 +3310 (1)+338+3408 (1)+348 (1)-3584-3525+50 (1)(2)-5210 (1)-5304-5308 (1)+54 (1)(3)	Outros Activos	331,848		331,848	358,758	57	Outros Instrumentos de Capital		-	
						-56	Acções Próprias		-	
						58+59	Reservas de Reavaliação		-	
						60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	2,704,264	2,591,249	
						64	Resultado do Exercício	922,796	721,829	
						-63	(Dividendos antecipados)		-	
TOTAL DO ACTIVO		12,036,802	316,416	11,720,386	10,723,693	TOTAL DO PASSIVO		11,720,386	10,723,693	

	ANO	ANO ANTERIOR
9000 + 9010	0	0
9100 + 9110	0	0
9001 + 9011	0	0
9700 + 9710	0	0
92000(*) + 92100(*)	0	0
9701 + 9711	0	0
990	471,761	403,773
995	0	0

(2) A rubrica 50 deveria ser inscrita no activo se tiver saldodevedor e no passivo se tiver saldo credor
(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 sao inscritos no activo e os saldos credores no passivo


Helder Nhassengo
Responsável pela Informação


Carlos J. Nhamahango
CEO

ENCONTRE-NOS EM TODO PAÍS

AGÊNCIA LICHINGA (Província de Niassa)
Edifício sede do INSS (Hotel Girassol ao lado da farmácia), Bloco A, R/C – Lichinga,
Tel.: +258 27 121600/1, Cel.: +258 84 2005769

AGÊNCIA TETE (Província de Tete)
Av. 25 de Junho, talhão nº 1400 - Bairro Josina Machel, Tel.: +258 25 223614/5
Cel.: +258 84 2005768

AGÊNCIA PEMBA
Av. 25 de Setembro, nº 500 - Bairro Cariaco
Cel.: +258 82 3614450/ 84 4901658

AGÊNCIA NAMPULA (Cidade de Nampula)
Rua Monomotapa, nº 18, R/C , Cel.: +258 84 7264494

AGÊNCIA QUELIMANE (Cidade de Quelimane)
Av. 1 de Julho e Filipe Samuel, nº 70 e 130
Cel.: +258 84 7264263

AGÊNCIA BEIRA (Província de Sofala)
Rua Poder Popular, nº 302 Beira, Chairmite
Tel.: +258 23 329100/1, Cel.: +258 84 2005774

AGÊNCIA CHIMOIO
Rua de Mossurize, Cel.: +258 82 3614347/ 84 2553022

AGÊNCIA INHAMBANE (Cidade de Inhambane)
Bairro Balane, Av. de Moçambique, nº 98 R/C
Cel.: +258 84 7264247

AGÊNCIA XAI-XAI (Cidade de Xai-Xai)
Av. Samora Machel, R/C, Cel.: +258 84 7264215

AGÊNCIA SEDE (Cidade de Maputo)
Av. Eduardo Mondlane, nº 3024,
Cel.: +258 84 3031300/ 84 3025413

AGÊNCIA KARL MARX (Cidade de Maputo)
Av. Karl Marx, nº. 1211, R/C

AGÊNCIA MATOLA (Província de Maputo)
Av. Dr. Kuthumula, nº 580, Q.45, R/C
Tel.: +258 21 723700/1, Cel.: +258 84 2005773

SEDE (Cidade de Maputo)
Av. Fernão de Magalhães, nº 1217
Tel.: +258 21 226000